

FERNANDO TAVARES PIMENTA
ANGOLA. OS BRANCOS E A INDEPENDÊNCIA

CAPÍTULO I¹

OS BRANCOS E O NACIONALISMO ANGOLANO: ESTADO DA QUESTÃO E
PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, fazemos uma análise crítica da principal bibliografia sobre o nacionalismo angolano, com especial enfoque no que foi escrito sobre o comportamento político dos colonos brancos em Angola. O objectivo desta análise, que não tem a pretensão de ser exaustiva, é compreender os motivos que levaram a uma marginalização do estudo do fenómeno nacionalista entre os brancos de Angola. Procuramos também entender o modo como a historiografia construiu as principais tipologias sobre o nacionalismo angolano, bem como a categorias política de “branco”. Por último, apresentamos as bases teóricas da nossa investigação, a metodologia e principais hipóteses de trabalho e as fontes utilizadas na elaboração deste livro.

1) Estado da Questão

A historiografia moderna sobre o colonialismo português na África contemporânea surgiu nos finais da década de 1950 pela mão de investigadores anglo-saxónicos, nomeadamente de James Duffy². Porém, o primeiro trabalho dedicado ao estudo do nacionalismo angolano só foi publicado em 1962. Trata-se do livro de Thomas Okuma, um ex-missionário em Angola, *Angola in Ferment: the Background and Prospects of Angolan Nationalism*³. Nesta obra, Okuma apresentou a primeira tipologia do nacionalismo angolano, propondo a existência de duas correntes nacionalistas distintas: uma europeia e outra africana, termos usados como sinónimos de branco e de negro/mestiço. Para Okuma, o nacionalismo dos brancos era o resultado da existência no território de três “ingredientes” fundamentais: a distância geográfica em relação à metrópole, o desenvolvimento económico e a criação de uma sociedade branca “autóctone” na colónia. Para além disso, o nacionalismo dos brancos seria o produto dum certo número de factores: a identificação política dos brancos nascidos na colónia com Angola, o descontentamento da generalidade dos colonos com a dependência política e económica em relação a Portugal e as discriminações de que eram objecto os brancos angolanos pelo sistema colonial português, demasiado centralista e autoritário. Okuma considerou

¹ Capítulo I do livro de Fernando Tavares Pimenta – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2010 (no original pp. 26-69).

² James Duffy – *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1959; James Duffy – *Portugal in Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

³ Thomas Okuma – *Angola in Ferment: the Background and Prospects of Angolan Nationalism*. Boston: Beacon Press, 1962.

ainda que os colonos pensavam a independência como um meio para transformar Angola num novo Brasil, ou seja, Angola seria a terceira parte duma mais lata Comunidade Luso-Brasileira. Pensamento esse que os afastava do projecto político dos nacionalistas negros, os quais entendiam Angola independente como parte integrante duma África de matriz negra.

No âmbito internacional, destacamos também a publicação de três estudos pioneiros ainda na década de 1960. Por um lado, a obra colectiva, dirigida por Allison Butler Herrick, *Area Handbook for Angola*⁴, essencial para o estudo da economia, da administração e da situação colonial em Angola na fase final da colonização portuguesa. Neste sentido, foi dada alguma atenção à caracterização político-social dos brancos de Angola, sendo a tónica colocada na oposição existente entre o grupo dos brancos nascidos em Angola (os euro-africanos) e o grupo dos brancos recém-chegados à colónia (os reinóis ou metropolitanos). Uma certa relevância foi dada às relações políticas entre os colonos e o Estado Português. Relações essas que teriam sido marcadas por tensões políticas provocadas pelo ressentimento dos colonos relativamente à política económica colonial do governo de Lisboa. Como tal, essas tensões teriam estado na origem de um sentimento dito “separatista” entre os brancos angolanos. Por outro lado, o livro *Angola. Clef de l’Afrique*⁵, de Mugar Valahu, que tratou a questão do “poder”, ou melhor da sua ausência no caso dos brancos de Angola. Na realidade, Valahu não colocou de parte a hipótese duma independência conduzida pela minoria branca quer de comum acordo com a metrópole, isto é, no quadro duma “comunidade portuguesa”, quer na sequência de uma ruptura política com Portugal, do género brasileiro – “Grito do Ipiranga” de 1822. Porém, neste último caso, o autor teve dúvidas sobre as possibilidades concretas duma proclamação unilateral de independência, na medida em que os colonos não teriam força económica, política e militar suficiente - numa palavra, o poder - para lidar com a oposição conjunta da metrópole e dos movimentos guerrilheiros.

O terceiro estudo a que nos referimos é o artigo de Norman A. Bailey, “The political process and interest groups”⁶, que realizou a primeira análise do processo de decisão política no interior da situação colonial em Angola. Bailey introduziu um conceito chave – que não voltou a ser utilizado em relação ao caso angolano – para o entendimento do funcionamento da vida política em Angola, o de *interests groups*, “grupos de interesses”, que, embora sendo mais do que meros *lobbies*, não constituíam grupos nacionalistas. Este instrumento analítico permiti-nos distinguir conceptualmente a acção desenvolvida por determinadas organizações – por exemplo, as associações económicas - da actividade política de um movimento nacionalista como a Frente de Unidade Angolana (FUA).

⁴ Allison Butler Herrick (*et alli*) – *Area Handbook for Angola*. Washington: US Government Printing Office, 1967.

⁵ Mugar Valahu – *Angola. Clef de l’Afrique*. Paris: Nouvelles Editions Latines, 1966.

⁶ Norman A. Bailey – “The political process and interest groups”, in David Abshire e Michael Samuels (Ed. by) – *Portuguese Africa: a Handbook*. London: Pall Mall Press, 1969, pp. 146-163.

Assim, os “grupos de interesses” não devem ser confundidos com movimentos nacionalistas, pelo menos no sentido estrito da palavra, mesmo quando esses grupos tomaram posições críticas em relação à política colonial de Lisboa. Esta distinção não diminui aliás a relevância política desses “grupos de interesses”, tanto mais que a ausência de partidos políticos (para além da União Nacional) e de liberdade de expressão fez com que esses grupos tivessem sido, muitas vezes, os únicos veículos legais de expressão dos interesses e das aspirações políticas dos colonos. É de sublinhar que as reivindicações desses “grupos de interesses” foram, na maior parte das vezes, do foro económico, não indo além da exigência de um estatuto de autonomia para a colónia no domínio político. Porém, julgamos necessário salientar que houve pontos de contacto entre esses “grupos de interesses” e as organizações nacionalistas, pelo menos em determinados momentos, havendo pessoas que participaram contemporaneamente nos dois campos (Fernando Falcão, Eugénio Ferreira, etc.).

Paralelamente à historiografia internacional, os intelectuais angolanos e portugueses deram alguns passos no sentido de elaborarem uma primeira “história” do nacionalismo angolano. Contudo, o debate intelectual foi dominado quase completamente pela luta político-ideológica entre as guerrilhas independentistas e o colonialismo português. A história foi utilizada como uma arma no combate entre os dois contendores e até no interior de cada um dos campos entre movimentos rivais. Do lado anticolonial, é de relevar que a maioria dos intelectuais desempenhou também funções políticas nos movimentos nacionalistas, nomeadamente Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz, respectivamente Presidente e Secretário Geral do MPLA entre 1960 e 1962.

Mário Pinto de Andrade foi o primeiro angolano a publicar um estudo sobre nacionalismo angolano. Mas, desde já, é necessário sublinhar que, enquanto dirigente de um movimento político, as posições intelectuais de Pinto Andrade foram muitas vezes ditadas pelas estratégias políticas e partidárias. Aliás, no quadro intelectual da época, a ideia dominante era a de que a história estava ao serviço duma determinada causa política. Mas quando a história é assim utilizada - para fins políticos - acaba sempre por gerar equívocos e mitos com consequências negativas para o conhecimento dos factos. Senão vejamos. Em “Le nationalisme angolais”⁷, Pinto de Andrade defendeu a ideia que o nacionalismo angolano envolveu fundamentalmente a população não branca - negros e mestiços - , em especial da região de Luanda. Neste sentido, Pinto de Andrade ignorou a existência do protesto nacionalista elaborado pelos brancos de Angola. Posição que derivou do facto do autor ter sobreposto os conceitos de raça e de nacionalidade, no sentido em que o branco não era considerado um “autêntico” angolano pelo simples facto de ser branco. Para Pinto de Andrade,

⁷ Mário Pinto de Andrade – “Le nationalisme angolais”, *Présence Africaine*, n.º 42, 1962, pp. 5-24.

branco era sinónimo de estrangeiro, de europeu; enquanto negro era sinónimo de africano. O mestiço reentrava nesta última categoria, sendo-lhe reconhecida a sua angolanidade.

Esta racialização do princípio da nacionalidade inseriu-se num debate maior que decorreu no seio do MPLA em 1962, no âmbito da sua 1ª Conferência Nacional, em Leopoldville, e que provocou sérias “feridas” no próprio movimento. Posteriormente, Mário Pinto de Andrade reforçou a identificação do nacionalismo angolano com o protesto político dos negros e dos mestiços em *La guerre en Angola*⁸, publicado em 1971. Este livro não só ignorou por completo o nacionalismo dos brancos de Angola, como também procedeu a uma “colagem” das posições políticas dos colonos à política racista de *apartheid* da África do Sul, no quadro duma alegada estratégia internacional de manutenção do “bastião branco” na África Austral⁹. Curiosamente, Pinto de Andrade entrou em contradição com esta linha de pensamento poucos anos depois, durante o período em que foi membro da Revolta Activa, grupo de protesto nascido no interior do MPLA em 1974. Nesta ocasião, Pinto de Andrade tomou posição pela unidade de todos os segmentos demográficos de Angola, incluindo a sua componente branca. Voltaremos a falar de Pinto de Andrade mais à frente no nosso trabalho.

O processo de racialização do princípio da nacionalidade foi acentuado por Viriato da Cruz, no artigo “Angola: quelle indépendance”¹⁰, publicado na revista *Révolution*, em 1964. Viriato da Cruz tinha sido um dos ideólogos do MPLA, mas entrou em dissidência com a direcção desse movimento em 1963, na sequência da sua 1.ª Conferência Nacional em Leopoldville (Kinshasa, Dezembro de 1962), e posteriormente entrou na FNLA. Neste sentido, Viriato da Cruz procedeu a uma crítica cerrada do comportamento político de uma determinada fracção da minoria assimilada angolana, que o autor identificou com a nova cúpula dirigente do MPLA, incluindo o próprio Agostinho Neto. Simultaneamente, Viriato da Cruz introduziu a dimensão da luta de classes na análise do nacionalismo angolano, sobrepondo os conceitos de raça, de nacionalidade e de classe. Mais concretamente, o autor considerou a existência duma oposição entre o negro e o branco - sinónimos respectivamente de angolano e de português - , mas que fundamentalmente se resumia a uma luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Portanto, Viriato amalgamou categorias distintas em duas frentes opostas entre si: por um lado, os negros/angolanos/proletários, por outro, os brancos/portugueses/burgueses, pelo que considerou que “classes dominantes, condições privilegiadas e raça” eram conceitos coincidentes. Julgamos ver aqui uma certa influência dos

⁸ Mário Pinto de Andrade; Marc Ollivier – *La guerre en Angola*. Paris: Maspero, 1971 (utilizámos a edição portuguesa *A guerra em Angola*. Lisboa: Seara Nova, 1974).

⁹ Idem, pp. 133-144.

¹⁰ Viriato da Cruz – “Angola: quelle indépendance”, *Révolution: revue mensuelle internationale*, Février, 1964, pp. 5-16.

escritos de Frantz Fanon¹¹, sobretudo no que diz respeito à ideia de que cabia às populações colonizadas negras fazer a “libertação” nacional através de uma “revolução proletária” que destruísse a sociedade colonial e “burguesa” representada pelos “opressores brancos”.

O que é certo é que o processo de racialização do princípio da nacionalidade e da ideia de classe contribuiu para o desenvolvimento dum pensamento político de raiz duplamente maniqueísta, de que não ficou isento nenhum dos movimentos guerrilheiros. E, algo paradoxalmente, uma parte da intelectualidade branca angolana, que se identificou com o nacionalismo africano, também embarcou numa perspectiva redutora da história de Angola, dando pouca ou nenhuma relevância ao protesto político dos brancos. Por exemplo, a *História de Angola*¹², publicada pelo Centro de Estudos Angolanos (CEA) de Argel, organismo próximo do MPLA e formado sobretudo por mestiços e brancos, praticamente não deu atenção à emergência de fenómenos de nacionalismo entre a população branca. Para além disso, a obra concentrou-se na divulgação da luta nacionalista desenvolvida pelo MPLA, em detrimento da história doutros movimentos nacionalistas, e sublinhou demasiadamente o papel da luta de classes na evolução do nacionalismo angolano. Essa perspectiva redutora também teve os seus sequazes a nível internacional, por exemplo Basil Davidson. Em *In the Eye of the Storm. Angola's People*¹³, Davidson prosseguiu o esforço de legitimação externa da luta nacionalista conduzida pelo MPLA. E, muito embora tivesse reconhecido a existência de um sector da minoria branca adverso à política colonial de Salazar, Davidson insistiu no carácter reaccionário da maioria dos brancos de Angola, relacionando os seus eventuais projectos políticos com os regimes de supremacia branca na Rodésia e na África do Sul.

No pólo oposto, isto é, no campo dos defensores do colonialismo português, poucos foram os académicos que se dedicaram ao estudo propriamente dito do nacionalismo angolano. Esta situação foi em parte uma consequência da posição oficial do regime salazarista, que procurou não debater o problema político representado pelos nacionalismos das colónias portuguesas. Mas foi também uma consequência do facto dos principais teóricos coloniais portugueses da época estarem mais interessados em encontrar soluções para uma auto-reforma do sistema colonial português, do que na superação propriamente dita do colonialismo português. Dito isto, julgamos que vale a pena salientar os trabalhos de Adriano Moreira e de Silva Cunha sobre o colonialismo e o anticolonialismo em África.

¹¹ Frantz Fanon – *Peau noire masques blancs*. Paris: Édition du Seuil, 1952; Frantz Fanon – *Les damnés de la terre*. Paris: Maspero: 1961.

¹² Centro de Estudos Angolanos – *História de Angola*. Argel: CEA, 1965 (utilizámos a 2.ª edição: *História de Angola*. Porto: Afrontamento, 1975).

¹³ Basil Davidson – *In the Eye of the Storm. Angola's People*. Londres: Longman, 1972.

Em *Política Ultramarina*¹⁴, Adriano Moreira introduziu no debate académico português questões fundamentais como o anticolonialismo das Nações Unidas e o nacionalismo dos povos colonizados da Ásia e da África. Debruçou-se também sobre o significado político internacional da Conferência de Bandung e foi provavelmente o primeiro académico português a introduzir o conceito de situação colonial (criado por Balandier) em Portugal. Adriano Moreira realizou também uma profunda reflexão sobre o lugar do racismo no colonialismo e no anticolonialismo, apoiando-se para o efeito em livros (então) actuais para o entendimento do fenómeno colonial, por exemplo *Psychologie de la colonisation*, de O. Mannoni¹⁵. No que diz especificamente respeito ao colonialismo português, Adriano Moreira tocou questões centrais como a assimilação¹⁶ e o indigenato, a revogação do Acto Colonial e as vias de reforma do sistema colonial português. Teceu também algumas considerações sobre o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre e a sua aplicabilidade às colónias portuguesas de África. Adriano Moreira foi aliás um dos principais divulgadores do luso-tropicalismo em Portugal, fazendo a ponte entre o mundo académico e a esfera política. Muito embora Adriano Moreira não se tenha debruçado sobre o nacionalismo nas colónias portuguesas, deixou bem claro que o nacionalismo dos povos colonizados era um fenómeno de dimensões mundiais a que Portugal não poderia ficar indiferente. Para o efeito, citou o Presidente Sukarno, da Indonésia, num discurso pronunciado a 17 de Maio de 1956 perante o Congresso dos E.U.A, a saber: “O nacionalismo pode ser uma doutrina fora de moda para muitos neste mundo; para nós, na Ásia e na África, é a principal fonte dos nossos esforços”¹⁷.

Nos dois volumes de *Questões ultramarinas e internacionais*¹⁸, Silva Cunha expôs largamente sobre o sistema português de política indígena, o trabalho indígena, a raça e a assimilação e procurou definir os conceitos de colónia, de colonização e de situação colonial. Realizou também uma análise da evolução do sistema colonial francês, da questão da negritude e do aparecimento de partidos políticos da África Ocidental Francesa (AOF). A este respeito, classificou de “resignação” o comportamento da maioria das potências coloniais perante as reivindicações independentistas de alguns sectores das populações africanas. Admitiu assim o aparecimento de movimentos emancipalistas nos territórios portugueses, sob a influência da conjuntura internacional, mas procurou desvalorizar a sua eventual representatividade entre as populações colonizadas. Isto porque considerou não haver os pressupostos políticos para a existência de um

¹⁴ Adriano Moreira – *Política Ultramarina*. Porto: JIU, 1956.

¹⁵ O. Mannoni – *Psychologie de la colonisation*. Paris: Seuil, 1950.

¹⁶ Adriano Moreira tem um trabalho dedicado exclusivamente aos problemas do indigenato e da assimilação: Adriano Moreira – “As elites das províncias portuguesas de indigenato: Guiné, Angola e Moçambique”, Sep. da revista *Garcia da Orta*, vol. 4, n.º 2 (Lisboa, JIU), 1956.

¹⁷ Citação retirada do Prefácio de Adriano Moreira ao seu mesmo livro *Política Ultramarina* (Lisboa: JIU, 1956).

¹⁸ J. M. da Silva Cunha – *Questões ultramarinas e internacionais* (2 volumes). Lisboa: Ática, 1960-1961.

autêntico nacionalismo africano nas colónias portuguesas. Neste aspecto, Silva Cunha aproximou-se muito mais da posição oficial do regime português do que Adriano Moreira, que pelo contrário sublinhou a importância do fenómeno nacionalista em África e na Ásia. No entanto, é necessário salientar que Silva Cunha admitiu teoricamente a hipótese da descolonização, caso estivessem reunidas as condições para tal:

“A colonização tende a superar-se porque, provocando transformações culturais nos povos colonizados, elimina as condições que a tornam necessária. A colonização conduz necessariamente à descolonização”¹⁹.

Silva Cunha considerou porém que a descolonização não significava necessariamente emancipação, pois podia realizar-se por vias diferentes, nomeadamente pela sua integração política com a antiga metrópole. E considerou também que qualquer forma de descolonização só poderia ter lugar após “uma transformação real e profunda dos colonizados”. Transformação essa que ainda não se tinha verificado no caso dos territórios portugueses em África.

Paralelamente, o primeiro trabalho escrito na perspectiva colonial sobre o tema do nacionalismo angolano foi realizada pelo crítico literário Amândio César, no livro *Angola 1961*²⁰. Nesta obra, o autor relevou a estreita ligação dos movimentos independentistas angolanos com o comunismo, pelo que o nacionalismo dos negros e mestiços e o “separatismo” dos brancos foram entendidos como o resultado das manobras anti-portuguesas de agentes comunistas a soldo de interesses internacionais. Assim, a obra de Amândio César cumpriu a função de veículo de difusão da política oficial do Estado Novo, que imputou ao comunismo internacional a organização da guerra em Angola.

Uma segunda aproximação ao tema foi realizada por João Baptista Nunes Pereira Neto, em “Movimentos subversivos de Angola (tentativa de esboço sócio-político)”²¹. Neste trabalho, o autor fez um “apanhado” factual da história do MPLA e da UPA/FNLA, a partir de bibliografia já publicada sobre o assunto no estrangeiro. Realizou também algumas considerações sobre outros “movimentos subversivos” menos conhecidos, entre os quais a Frente de Unidade Angolana (FUA). A este respeito, considerou que o direito à rebelião tinha estado na base do “anticolonialismo branco do continente americano”. Julgou, porém, que a FUA não se inseria nesta lógica internacional de “anticolonialismo branco”, mas que era “mais um expediente dos usados em situações semelhantes pelos grupos que têm muito a perder em situações revolucionárias”²². Embora menos orientado do

¹⁹ Idem, 2º volume, pp. 28-29.

²⁰ Amândio César – *Angola 1961*. Lisboa: Verbo, 1961.

²¹ João Baptista Nunes Pereira Neto – “Movimentos subversivos de Angola (tentativa de esboço sócio-político)”, in *Angola. Curso de extensão universitária. Ano lectivo de 1963-1964*. Lisboa: ISCSPU, 1964, pp. 343-385.

²² Idem, p. 381.

ponto de vista ideológico, o trabalho de Pereira Neto não deixou de se enquadrar na visão oficial do regime colonial que não reconhecia a existência de nacionalismo nas colónias portuguesas. Daí o facto do autor ter classificado de “subversivos” os movimentos independentistas angolanos, recusando-lhes o estatuto de nacionalistas.

Num terreno politicamente mais impreciso, mas que foi desde logo aproveitado pelo regime colonial, podemos situar a obra de Mário António Fernandes de Oliveira, *Luanda, ilha crioula*²³. Mário António Fernandes de Oliveira tinha sido um dos cabouqueiros da literatura angolana na década de 1950, mas, no decénio seguinte, converteu-se às teses do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre pela mão de Adriano Moreira. Neste sentido, Mário António defendeu a existência de um núcleo crioulo em Luanda, produto do cruzamento dos “mundos” europeu e africano. O autor, porém, não foi capaz de demonstrar de forma válida a existência dum fenómeno de criouldade em Luanda. O facto é que não existem provas da existência nem duma língua crioula, nem duma síntese cultural entre as culturas europeia e africana em nenhuma região de Angola. Mário António também não definiu com precisão o significado do conceito crioulo no contexto angolano, avançando com argumentos psicológicos de clara filiação luso-tropicalista:

“Entre nós, crioulo tem uma conotação sentimental que não podemos pôr de lado: denota, porventura, o tipo melhor acabado da amálgama bio-social que os Portugueses realizaram nos trópicos”²⁴.

Portanto, para Mário António os crioulos angolanos não eram tanto mestiços biológicos, quanto mestiços culturais, isto é, negros integrados no espaço cultural crioulo. Deste modo, estamos perante um trabalho ideologicamente refinado e herdeiro da teoria luso-tropicalista freyriana, senão mesmo um seu derivado. Além disso, a obra deixou “as portas abertas” para múltiplos aproveitamentos políticos, nomeadamente a recusa das acusações de racismo feitas pelos movimentos independentistas ao colonialismo português e a difusão para o exterior duma imagem de harmonia racial nas colónias portuguesas, produto duma pretensa mestiçagem cultural. Isto é, retomou-se com outro rótulo o essencial da teoria luso-tropicalista, cuja credibilidade internacional tinha ficado abalada pelos massacres de 1961.

Neste contexto de forte politização da produção intelectual sobre o fenómeno nacionalista em Angola, é de ressaltar os trabalhos do português Alfredo Margarido e do angolano Mário de Souza Clington que, embora “comprometidos” politicamente no campo anticolonial, não deixaram de perseguir os objectivos da isenção histórica e do rigor científico nas suas investigações. Entre os inúmeros trabalhos de Alfredo Margarido, destacamos “Les partis politiques en Guinée portugaise,

²³ Mário António Fernandes de Oliveira – *Luanda, ilha crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

²⁴ Idem, pp. 13-14.

en Angola et aux îles du Cap Vert”²⁵ e “Portugais des provinces d’outre-mer d’Afrique”²⁶. Neste último artigo, Margarido analisou o comportamento político das comunidades de colonos brancos em Angola e em Moçambique, recorrendo a uma metodologia marxista que afirmava a subordinação da política à economia. Portanto, Margarido entendeu as opções políticas dos colonos à luz dos respectivos interesses económicos. Por exemplo, a subordinação económica das colónias em relação à metrópole, em detrimento das aspirações dos colonos, teria determinado a emergência entre os colonos de um protesto político de feições nacionalistas contra o domínio português. Em *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*²⁷, reconheceu também a existência duma ideia de independência *pie d noir* em Benguela e demonstrou a importância do papel dos intelectuais brancos no processo de construção duma identidade nacional angolana através da literatura. Posteriormente, Alfredo Margarido utilizou de novo a mesma metodologia marxista para explicar o choque de interesses capitalistas em Angola, entre a burguesia colonial, implantada na colónia, e a burguesia metropolitana. Assim, no “Prefácio”²⁸ ao livro de Adelino Torres, Margarido analisou as relações de concorrência e de conflito entre ambas as burguesias, concluindo que a impotência da burguesia angolana face ao autoritarismo da metrópole determinou o fracasso das tentativas de emancipação política dos colonos em relação a Lisboa.

Noutro âmbito, Alfredo Margarido foi um dos mais acérrimos adversários da teoria da criouliidade angolana de Mário António Fernandes de Oliveira. Esta tomada de posição teve as suas raízes nas ideias defendidas no artigo “Incidentes socio-économiques sur la poésie noire d’expression portugaise”²⁹, publicado na revista *Diogène*, em 1962, onde o autor rejeitou eventuais comparações da realidade sócio-económica angolana à do Brasil ou à das ilhas atlânticas de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe. Para Margarido existiu simplesmente um ciclo cultural luso-congolês caracterizado pela adopção de formas de expressão portuguesa. Mais tarde, no “Prefácio”³⁰ a *Folclore Caboverdiano*, de Pedro Monteiro Cardoso, Alfredo Margarido acentuou a sua rejeição do criouliismo de Luanda, por oposição ao desenvolvimento desse fenómeno em Cabo Verde. Essa posição foi reforçada em “O testamento histórico-político de Mário António

²⁵ Alfredo Margarido – “Les partis politiques en Guinée Portugaise, en Angola et aux îles du Cap Vert”, *Le Mois en Afrique*, n.º 7, Juillet, 1966, pp. 43-71.

²⁶ Alfredo Margarido – “Portugais des provinces d’outre-mer d’Afrique”, *Le Mois en Afrique*, n.º 12, Déc. 1966, pp. 62-84.

²⁷ Alfredo Margarido – *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

²⁸ Alfredo Margarido – “Prefácio”, in Adelino Torres – *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1992.

²⁹ Alfredo Margarido – “Incidentes socio-économiques sur la poésie noire d’expression portugaise”, *Diogène*, n.º 37, 1962, pp. 53-80.

³⁰ Alfredo Margarido – “Prefácio”, in Pedro Monteiro Cardoso – *Folclore Caboverdiano*. Lisboa: Solidariedade Caboverdiana, 1983.

(Fernandes de Oliveira)³¹, publicado em *Finisterrae*. Em vez de crioulidade, Margarido defendeu a existência de um fenómeno de trans-etnicidade em Luanda propiciada pela existência de condições de trans-culturação próprias de um meio urbano. E essa trans-etnicidade não implicou a ausência de tensões raciais no âmbito do espaço social. Tensões essas que foram aliás transportadas para a esfera política do nacionalismo.

*Angola libre?*³², de Mário de Souza Clington, é uma das melhores obras dedicadas ao tema do nacionalismo angolano por um académico de Angola. Diversamente de outros intelectuais angolanos, Mário de Souza Clington não permitiu que a luta política prevalecesse sobre o rigor científico. Relativamente ao nacionalismo dos brancos de Angola, Clington analisou as relações entre o nacionalismo negro e o “movimento sócio-político dos brancos liberais de Angola”, tendo por base o artigo “Portugais des provinces d’outre-mer d’Afrique”, de Alfredo Margarido, e o jornal *Kovaso*, órgão da Frente de Unidade Angolana. Equacionou, assim, a existência de um “nacionalismo euro-africano”, apoiado por alguns sectores da minoria branca angolana, mas incapaz de se impor no quadro político da luta nacionalista, dominada pelos movimentos nacionalistas de maioria negra e mestiça. Portanto, Mário de Sousa Clington foi o primeiro intelectual angolano a reconhecer a existência de um fenómeno nacionalista com características próprias entre os brancos de Angola.

No entretanto, a historiografia internacional também deu passos muito significativos no sentido duma maior problematização do fenómeno nacionalista em Angola. Entre 1969 e 1978, foram publicadas as principais obras de referência sobre o nacionalismo angolano, nomeadamente os trabalhos de John Marcum, René Pélissier e Douglas Wheeler. No primeiro volume de *The Angolan Revolution*³³, John Marcum apresentou a sua tipologia sobre o nacionalismo angolano elaborada a partir do cruzamento dos conceitos de etnia e de classe. É uma tipologia tripartida que divide o nacionalismo angolano em três correntes: (1) Luanda-Mbundu (MPLA), com uma elite predominantemente urbana, (2) Bakongo (UPA/FNLA) e (3) Ovimbundu mais Quioco (UNITA), havendo em (2) e (3) uma orientação rural e camponesa. Nesta grelha altamente etnicizada não há lugar para o nacionalismo dos brancos de Angola. Aliás, John Marcum justificou a “existência” de alguns brancos no MPLA com o argumento de que o carácter demográfico único de Luanda teria proporcionado a incorporação de alguns filhos de colonos na corrente Luanda-Mbundu. No entanto, a sua tipologia é demasiado etnicista e racializada. Aliás, o autor exagerou na identificação dos movimentos guerrilheiros com cada um dos principais grupos etno-linguísticos angolanos. Essa

³¹ Alfredo Margarido – “O testamento histórico-político de Mário António (Fernandes de Oliveira), *Finisterrae. Revista de reflexão e crítica*, n.º 9, 1992, pp. 161-166.

³² Mário de Sousa Clington – *Angola libre?*. Paris: Galimard, 1975.

³³ John Marcum – *The Angolan Revolution. I: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*. Cambridge: MIT Press, 1969.

identificação existiu, mas não foi tão forte como o autor deu a entender, uma vez que cada um dos três movimentos tinha militantes provenientes de várias regiões da colônia, cada uma das quais com diferentes tradições culturais, nomeadamente o MPLA. Além disso, a influência da “classe” na formação do nacionalismo angolano foi claramente secundarizada, pelo que, Marcum ignorou o peso dos factores económicos e sociais nas opções políticas dos movimentos independentistas. No segundo volume de *The Angolan Revolution*³⁴, publicado em 1978, John Marcum não modificou o quadro delineado no primeiro livro, realizando apenas algumas considerações muito sintéticas sobre a insuficiência política dos colonos no processo de independência de Angola. Falta porém toda uma investigação sobre o comportamento político dos brancos angolanos durante a 1.ª República e Estado Novo, sem a qual não é possível compreender as suas atitudes durante o processo de independência.

René Pélissier apresentou uma outra tipologia do nacionalismo angolano em “Nationalismes en Angola”³⁵, publicado na *Revue Française de Science Politique*. Pélissier propôs a existência de duas grandes correntes nacionalistas angolanas, uma representada pelos colonos brancos e a outra pela maioria negra e mestiça, se bem que esta última estivesse subdividida em duas linhas diferentes, a modernista (MPLA) e a etno-nacionalista (UPA/FNLA). Relativamente à primeira corrente, Pélissier não foi muito claro, pois ora a classificou de nacionalista, ora a definiu de “separatista”. Esta indefinição conceptual no que diz respeito ao protesto político dos colonos brancos também não foi resolvida em *Angola*³⁶, livro publicado por Douglas Wheeler e René Pélissier. Na segunda parte deste livro, Pélissier reduziu o protesto político dos brancos quer à condição de sentimento autonomista, canalizado por uma minoria marxista, quer ao estatuto de separatismo “anti-nacionalista” e “anti-africano”, promovido por uma maioria conservadora e reaccionária. No campo do nacionalismo dos negros e dos mestiços, Pélissier apontou a existência de duas correntes: os modernistas, sujeitos a influências marxistas, e os etno-nacionalistas, que dispunham duma base social dita “tribal”.

René Pélissier apresentou a fórmula definitiva da sua tipologia sobre nacionalismo angolano em *La colonie du minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*³⁷. Pélissier definiu então a existência de um nacionalismo africano, envolvendo negros e mestiços, subdividido em duas correntes: a modernista e a etno-nacionalista. Essas correntes foram definidas segundo determinados critérios: a) o “grau de penetração da noção de identidade angolana no espírito dos

³⁴ John Marcum – *The Angolan Revolution. II: Exile Politics and Guerrilla Warfare, 1962-1976*. Cambridge: MIT Press, 1978.

³⁵ René Pélissier – “Nationalismes en Angola”, *Revue Française de Science Politique*, vol. XIX, n.º 6, Décembre 1969.

³⁶ René Pélissier – *Angola* (Ed. by Douglas Wheeler; René Pélissier). New York: Pall Mall Press, 1971.

³⁷ René Pélissier – *La colonie du minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 1978.

líderes e suas clientelas”; b) o critério das “técnicas utilizadas para exprimir essa identidade”; c) a “visão que evocavam aos olhos do exterior”. Neste contexto, para o académico francês, o nacionalismo modernista era caracterizado pela defesa de um Estado moderno, dirigido por elites não tradicionais, capazes de manejar as armas intelectuais dos colonizadores e de o provocar no seu próprio terreno. Ao invés, os etno-nacionalistas tinham uma ligação muito mais forte às elites tradicionais de um certo grupo étnico, de cuja mobilização dependia a eficácia da luta nacionalista. Paralelamente, Pélissier considerou que os colonos brancos tinham elaborado um fenómeno de “separatismo” segundo duas linhas principais: um “separatismo” económico e um “separatismo” ideológico de esquerda. Porém, Pélissier acabou por não definir o conceito de “separatismo”, precisando apenas que ele era caracterizado por uma certa ambiguidade:

“Ele hesita entre o separatismo tradicional, os meandros da oposição ao regime no poder na metrópole e o simples descontentamento em relação ao governador geral ou a uma decisão administrativa pouco apreciada”³⁸.

Portanto, do ponto de vista analítico, o “separatismo” de Pélissier é um conceito equívoco.

Paralelamente, a tipologia desenvolvida por René Pélissier foi apresentada como o resultado do cruzamento de duas variáveis – composição racial e composição social –, mas, na nossa perspectiva, os aspectos raciais sobrepuseram-se aos sociais. Essa sobreposição permite-nos compreender porque é que o autor classificou de “separatismo” o protesto político dos brancos e de nacionalismo o dos negros e mestiços. O historiador francês confundiu os conceitos de raça, de nacionalidade e de naturalidade, pelo que excluiu os brancos da “nação” angolana e identificou automaticamente o protesto político dos negros e dos mestiços com a totalidade do nacionalismo angolano. É caso para dizer que a “epiderme falou mais alto”. Por exemplo, Pélissier recusou-se a classificar de nacionalistas as organizações políticas formadas por brancos em Luanda na década de 1950 – MLN, MLNA, etc. - pela única razão da maioria dos seus membros terem sido brancos. Isto é, para Pélissier o nacionalismo angolano tem de ter obrigatoriamente uma base social negra (ou mestiça), senão não pode ser considerado nacionalismo. Depreende-se, pois, que foi a raça o critério fundamentalmente utilizado pelo autor para rotular uns de “separatistas” e outros de nacionalistas, critério que julgamos não ter sentido. Aparentemente, para René Pélissier a epiderme determina a nacionalidade, de modo que um branco jamais pode ser angolano e muito menos africano, só porque é branco. Ora, se esta lógica política tivesse sido aplicada ao Novo Mundo, então não existiriam americanos brancos ou negros; tão pouco se poderia falar de nacionalismo argentino,

³⁸ Idem, p. 195.

brasileiro ou norte-americano. Aliás, nem sequer existiriam brancos sul africanos e não teria existido, apesar do seu peso na história da África do Sul, o nacionalismo africander.

Douglas Wheeler assumiu uma posição muito diferente da de René Pélissier, quer na primeira parte do livro *Angola*³⁹, quer em “Origins of African Nationalism in Angola: *Assimilado* protest writings, 1859-1929”⁴⁰. Desde logo, Douglas Wheeler procurou definir de forma mais precisa o conceito de nacionalismo angolano, considerando-o a expressão moderna – pelo uso de técnicas europeias - de um sentimento colectivo de ressentimento em relação ao domínio estrangeiro, o que implicaria a existência de uma consciência colectiva de nacionalidade angolana, capaz de transcender as identidades locais. Deste modo, ao longo do século XIX, três grupos principais teriam participado em actividades nacionalistas: os príncipes e chefes bakongo e seus sequazes, os colonos brancos e os civilizados ou assimilados negros e mestiços do litoral. No entanto, para Wheeler os colonos teriam assumido mais a defesa dos seus interesses económicos, do que propriamente uma ideologia política, característica que teria permanecido até ao século XX. Douglas Wheeler entendeu também que era possível identificar quatro grandes correntes nacionalistas angolanas após 1945, assim representadas: a) as antigas agremiações de africanos assimilados (então controladas pelo governo português); b) os novos partidos clandestinos de africanos assimilados; c) os grupos “separatistas” africanos de base étnica; d) os partidos dos colonos.

O principal problema da tipologia apresentada por Wheeler é que confunde as bases sociais do nacionalismo angolano com o fenómeno nacionalista em si e ignora o facto dos movimentos nacionalistas terem recrutado militantes provenientes de vários desses grupos, senão mesmo dos quatro. Por exemplo, o MPLA reuniu antigos e novos assimilados, tal como bakongos e um número reduzido de brancos. A UPA/FNLA tinha uma base social constituída sobretudo por bakongos e por novos assimilados, mas manteve também contactos estreitos com antigos assimilados – por exemplo, o Cónego Manuel das Neves – e, depois do 25 de Abril, recrutou brancos para o seu corpo militar, entre os quais o Coronel Gilberto Santos e Castro. A UNITA foi um movimento organizado fundamentalmente por novos assimilados do Centro-Sul, mas foi também o movimento guerrilheiro que mais adesões obteve entre a população branca após o 25 de Abril de 1974. E os movimentos conduzidos por brancos, como por exemplo a FUA, mobilizaram não apenas brancos, mas também um número consistente de mestiços e até alguns (raros) negros. Estas evidências factuais colocam em causa a validade não só da tipologia de Wheeler, mas também das grelhas elaboradas por John

³⁹ Douglas Wheeler – *Angola* (Ed. by Douglas Wheeler; René Pélissier). New York: Pall Mall Press, 1971.

⁴⁰ Douglas Wheeler – “Origins of African Nationalism in Angola: *Assimilado* protest writings, 1859-1929”, in Ronald H. Chilcote – *Protest and Resistance in Angola and Brazil. Comparative Studies*. Berkeley: University of California Press, 1972.

Marcum e René Pélissier, que apresentaram um quadro demasiadamente etnicizado do nacionalismo angolano. A este respeito, é de salientar que, apesar das suas insuficiências, estas três tipologias, sobretudo as de Marcum e Pélissier, foram amplamente aceites – e de forma acrítica - pela comunidade académica como os principais quadros interpretativos do fenómeno nacionalista em Angola.

Não obtiveram o mesmo sucesso outras tipologias, como a que foi elaborada por Ronald H. Chilcote em *Emerging Nationalism in Portuguese Africa. Documents*⁴¹. Ronald Chilcote apresentou uma grelha interpretativa baseada no cruzamento de nove tipos de nacionalismo (por si definidos) com seis posições nacionalistas específicas do contexto das colónias portuguesas, a saber: português oficial (*official portuguese*), português exilado (*exiled portuguese*), português colonial (*colonial portuguese*), brasileiro pró-português (*pro-portuguese brazilians*), brasileiro anti-português (*anti-portuguese brazilians*) e, finalmente, africano negro (*black African*). Na realidade, as definições de cada uma destas “posições nacionalistas” são pouco convincentes, sendo incompreensível o peso que o autor deu às posições nacionalistas (reais ou imaginárias) portuguesas (quatro no total), perante o caudal representado pelos vários movimentos nacionalistas africanos.

Por outro lado, a partir dos finais da década de 1970, verificou-se uma tendência na investigação histórica para se concentrar no estudo de aspectos mais circunscritos da história contemporânea de Angola. Foi neste âmbito que se inseriu a obra de Gerald Bender, *Angola Under the Portuguese. The Myth and the Reality*⁴², que se debruçou fundamentalmente sobre o problema das relações raciais e sobre as políticas de povoamento branco em Angola. Neste sentido, o autor afrontou questões como a miscigenação, o luso-tropicalismo, os colonatos agrícolas, o acesso à mão de obra africana e a posse da terra. Porém, Bender ignorou por completo a problemática do comportamento político dos brancos de Angola, omissão inexplicável num estudo sobre o tema do povoamento branco. Para além disso, Bender realizou alguns juízos de valor sobre a comunidade branca, apodando-a de racista e de “peso morto” para a economia angolana, pelo que considerou “positivo” o seu êxodo para a metrópole em 1975. Esta posição é um reflexo dum certo pensamento maniqueísta, predominante nalguns círculos académicos, intelectuais e políticos. Pensamento que também influenciou Lawrence Henderson, em *Angola, Five Centuries of Conflict*⁴³, que apresentou a história de Angola como o resultado do choque de duas forças antagónicas: o nacionalismo português e o nacionalismo africano, este último reduzido à história dos três movimentos

⁴¹ Ronald Chilcote – *Emerging nationalism in Portuguese Africa. Documents*. Stanford: Hoover Institution Press, 1972.

⁴² Gerald Bender – *Angola under the Portuguese. The myth and the reality*. Berkeley: University of California Press, 1978.

⁴³ Lawrence Henderson – *Angola, five centuries of conflict*. London: Cornell University Press, 1979.

independentistas armados, o MPLA, a FNLA e a UNITA. Perspectiva redutora e simplista que não contribuiu para uma clarificação da história de Angola.

Em *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*⁴⁴, Franz-Wilhelm Heimer deu alguma atenção ao tema do comportamento político dos colonos brancos durante o processo de independência de Angola. Porém, Heimer fez uma leitura muito parcelar da acção política dos brancos angolanos, de modo que a obra veiculou a ideia duma comunidade branca desejosa duma independência selectiva, à maneira rodesiana, e incapaz de aceitar uma independência para todos, conduzida “necessariamente” pelos movimentos guerrilheiros. Deste modo, os movimentos políticos de brancos foram caracterizados, salvo poucas excepções, como organizações ultra-conservadoras e contrárias ao princípio do governo da maioria. Quadro e caracterização que não foram sustentados por uma demonstração factual dos acontecimentos. Heimer também não questionou a legitimidade da exclusão política dos partidos formados por brancos (e não só) do processo político da independência, tal como foi preconizado pelo Acordo de Alvor. Tão pouco deu uma explicação adequada sobre as razões do êxodo dos brancos de Angola e não procurou sequer problematizar a aplicação do conceito “descolonização” ao caso angolano.

Diferente foi a posição assumida por Malyn Newitt em *Portugal in Africa. The Last Hundred Years*⁴⁵. Newitt evidenciou a incapacidade política dos colonos de tomar o controlo do Estado colonial em Angola, na medida em que o poder teria permanecido sempre nas mãos do governo de Lisboa. Para Newitt foi justamente essa dependência política em relação à metrópole que explica a inabilidade dos colonos em se organizarem como força política “válida” durante a guerra de independência e, subsequentemente, na descolonização. Estas ideias foram retomadas por Gervase Clarence-Smith em *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*⁴⁶. No seu conjunto, a obra de Gervase Clarence-Smith constituiu uma resposta a certas interpretações não económicas do colonialismo português fornecidas previamente por Richard Hammond⁴⁷. No caso de Angola, Clarence-Smith ressaltou a subordinação económica da colónia à metrópole. Na nossa perspectiva, esta subordinação económica implicou que os colonos nunca tiveram a força económica suficiente para se oporem ao domínio metropolitano, com as consequências óbvias no campo político. Da mesma forma, no momento da independência, os colonos brancos não tiveram a força necessária para evitar a entrega do poder exclusivamente aos movimentos guerrilheiros.

⁴⁴ Franz-Wilhelm Heimer – *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

⁴⁵ Malyn Newitt – *Portugal in Africa. The Last Hundred Years*. London: Hurst, 1981.

⁴⁶ Gervase Clarence Smith – *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985.

⁴⁷ Richard Hammond – *Portugal and Africa: 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.

A interdependência entre economia e política esteve também no cerne do livro de Adelino Torres, *O Império Português entre o real e o imaginário*⁴⁸. Adelino Torres analisou o choque de interesses entre os colonos e a burguesia metropolitana, propondo uma clarificação da definição de burguesia colonial nestes termos:

“Não há uma burguesia colonial uniforme: há uma burguesia metropolitana (cujos bens de raiz ou ligações profundas estão em Portugal, seja qual for o seu comprometimento em África) e uma burguesia colonial, propriamente dita, cujo poder, interesses e ambições têm como ponto de partida os territórios africanos”⁴⁹.

Como tal, os colonos teriam sido o fulcro dessa burguesia colonial angolana, que por várias vezes procurou autonomizar-se em relação à metrópole, à semelhança do que tinha feito a burguesia brasileira no século XIX, mas sem o mesmo êxito, porque não dispunha da força demográfica, económica e política da sua congénere sul-americana.

Em *1961: L'Angola colonial, histoire et société. Les prémisses du mouvement nationaliste*⁵⁰, Christine Messiant também sublinhou essa relação de interdependência entre economia e política como principal elemento explicativo para o comportamento político dos brancos de Angola. Deste modo, a autora demonstrou que a fraqueza económica da burguesia colonial branca foi uma consequência directa da vontade do governo português de evitar a constituição duma base económica independente em Angola, a qual poderia servir de trampolim a uma eventual secessão pela mão dos colonos. Posteriormente, em “Luanda (1945-1961): colonisés, société coloniale et engagement nationaliste”⁵¹, Christine Messiant procedeu à análise do contexto social urbano que enformou a emergência do nacionalismo angolano, mas só neste caso dos mestiços e dos negros. Mais concretamente, a autora individualizou três fracções sociais no seio do grupo dos assimilados: os filhos dos colonos, mestiços; os antigos assimilados, mestiços e negros pertencentes às famílias nativas; os novos assimilados, negros de europeização mais recente. Para Christine Messiant houve uma identificação social dos mestiços, filhos de colonos, com os brancos naturais de Angola, mas não uma identificação política, na medida em que esse grupo mestiço tendeu a formar um bloco único com os antigos assimilados - mestiços e negros - no seio do “movimento nacionalista”. Bloco esse que a autora denominou de “crioulo”. Ao invés, os brancos naturais da colónia, embora propensos a uma adesão nacionalista, não teriam tido uma expressão relevante no nacionalismo angolano. Porém, esta leitura carece duma demonstração factual e, sobretudo, negligenciou a

⁴⁸ Adelino Torres – *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1992.

⁴⁹ Idem, pp. 59-60.

⁵⁰ Christine Messiant – *1961: L'Angola colonial, histoire et société. Les prémisses du mouvement nationaliste*. Paris: École des Hautes Études de Paris, 1983.

⁵¹ Christine Messiant – “Luanda (1945-1961): colonisés, société coloniale et engagement nationaliste”, in Michel Cahen (Org. de) – *Vilas et cidades. Bourgs et villes en Afrique Lusophone*. Paris: Laboratoire Tiers-Monde/Afrique, 1989.

existência de movimentos nacionalistas promovidos conjuntamente por brancos e mestiços, filhos de colonos, nomeadamente a Organização Socialista de Angola (OSA) e a Frente de Unidade Angolana (FUA). Para além disso, parece-nos forçada a inclusão dos mestiços, filhos de colonos, no grupo dos assimilados porque, pelo menos nos casos dos que eram reconhecidos pelo pai branco, toda a sua formação e sociabilização eram europeias. Como tal, esses mestiços não sofreram qualquer tipo de assimilação, na medida em que fizeram sempre parte do grupo “europeu”, no sentido político e cultural – mas não étnico – da categoria.

Mais interessantes se nos afiguram as considerações feitas por Messiant em “Angola: the challenge of statehood”⁵². Essa historiadora salientou aqui o carácter numericamente restrito, socialmente elitista e politicamente “moderno” dos núcleos fundadores dos principais movimentos nacionalistas. Christine Messiant entendeu também a guerra civil como uma luta pela hegemonia entre as várias elites angolanas, cada uma das quais maximizando o seu potencial e construindo uma legitimidade para governar Angola. Neste sentido, os muito propalados ideais de liberdade e de justiça teriam dado lugar a uma luta pelo poder, enquanto a competição entre elites teria desembocado na guerra entre os três movimentos armados pelo controlo da herança do Estado colonial. Porém, inexplicavelmente, a autora absteve-se de analisar o papel das elites brancas na luta pelo poder em Angola.

Noutro plano, julgamos necessário salientar um ponto relativamente à historiografia em língua portuguesa sobre os fenómenos colonial e nacional em Angola. Trata-se da “ligação” de uma parte substancial dessa produção historiográfica à esfera política. Essa “ligação” é patente em muitos dos estudos sobre a guerra e o fim do Império Colonial Português. O facto é que a história tem sido “usada” para legitimar ou para confirmar versões muito discutíveis dos acontecimentos. Por outras palavras, a história continuou a ser um instrumento do (e de) poder, mesmo depois das independências africanas, o que significa que não foi feita uma “descolonização” dos estudos sobre o colonialismo português. Foi assim que sucedeu com o surto de publicações sobre a descolonização nos anos imediatos às independências africanas. E continuou a ser assim no subsequente debate intelectual sobre os nacionalismos africanos e as guerras de independência. Neste sentido, no período posterior à dissolução do império colonial, podemos identificar três tendências principais na historiografia em língua portuguesa sobre o nacionalismo angolano: a) a utilização de conceitos de conotação política – criouliidade e protonacionalismo – na investigação, sem uma crítica prévia e adequada dos seus significados e implicações e sem um questionamento da sua aplicabilidade e validade no caso angolano; b) o afunilamento da investigação sobre Angola no

⁵² Christine Messiant – “Angola: the challenge of statehood”, in David Birmingham; Phyllis M. Martin (Ed. by) – *History of Central Africa. The Contemporary Years Since 1960*. London: Longman, 1998.

estudo da história dum único movimento nacionalista, o MPLA; c) a elevação ao estatuto de história semi-oficial das narrativas e memórias de militares, políticos e doutros agentes do processo político de independência, sejam eles portugueses ou angolanos.

Relativamente à primeira tendência, é no mínimo curioso verificar como a reciclagem do luso-tropicalismo e dos seus derivados beneficiou - ou pelo menos contribuiu para - a legitimação externa dos antigos adversários da teoria de Gilberto Freyre, em particular o MPLA. Isto não significa que o MPLA tenha reclamado para si essa criouldade, porque de facto nunca o fez, pelo menos oficialmente. A operação de colagem da teoria da criouldade ao partido no poder em Luanda foi realizada por intelectuais não necessariamente ligados ao MPLA. Mas vejamos de forma mais detalhada como se deu essa evolução.

Em 1981, Orlando Ribeiro, um antigo luso-tropicalista, reconheceu o fracasso do processo de mestiçagem em Angola. Em *A colonização de Angola e o seu fracasso*⁵³, Orlando Ribeiro procurou compreender as razões do falhanço da colonização portuguesa em Angola, mediante a realização duma comparação com o Brasil. Assim, Ribeiro demonstrou a impossibilidade de Angola se transformar num “novo” Brasil, não tanto pelo reduzido número de colonos brancos, mas pela incapacidade portuguesa de criar uma elite mestiça “lusitanizada”, suficientemente forte e numerosa para manter os laços espirituais com Portugal após a independência da colónia. Estas considerações pareciam “enterrar” definitivamente o luso-tropicalismo como teoria política, social e histórica em Portugal. Mas, poucos anos depois, alguns investigadores começaram a recuperar o luso-tropicalismo, na versão da criouldade angolana, como chave para a compreensão das origens sociais da elite no poder em Luanda, da base social do MPLA e do próprio nacionalismo angolano. Para isso, realizaram-se duas operações fundamentais: rotulou-se de crioula a minoria nativa de Luanda e fez-se remontar as origens do nacionalismo angolano aos finais do século XIX. Senão vejamos.

Em “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”⁵⁴, Jill Dias viu no protesto intelectual das elites europeizadas do litoral angolano no século XIX as origens do nacionalismo angolano, classificando de crioulas essas tais elites nativas. Dias justificou esta classificação com o argumento de que essas elites tinham muitos pontos em comum com as comunidades crioulas do Golfo da Guiné, nomeadamente da Serra Leoa. Provavelmente, a autora desconhecia que os ditos “crioulos” da Serra Leoa eram descendentes de grupos de escravos negros libertados, provenientes do Novo Mundo, e que não tinham quaisquer relações nem com as populações negras autóctones, nem com

⁵³ Orlando Ribeiro – *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1981.

⁵⁴ Jill R. Dias – “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 1, 1984, pp. 61-64.

os administradores coloniais europeus⁵⁵. Muito diferente era a situação dos nativos angolanos, que constituíam um estrato intermédio entre os colonizadores portugueses e as populações locais. E também nenhum elemento demonstra a existência duma “síntese cultural de valores europeus e africanos” capaz de aproximar Luanda a uma qualquer (real ou imaginária) “ilha crioula”.

No âmbito ainda desta primeira tendência podemos situar o último trabalho de Mário Pinto de Andrade *Origens do nacionalismo africano*⁵⁶. É difícil aferir se este estudo expressa fielmente o pensamento do autor no período posterior à independência, na medida em que a obra foi publicada a título póstumo e a revisão e as notas foram feitas pelo escritor angolano José Eduardo Agualusa. Em todo o caso, Pinto de Andrade classificou de “protonacionalismo” o protesto nativista angolano anterior à 2.ª Guerra Mundial. Ora, este “rótulo” não é – como se pretende – uma mera ferramenta de análise. No contexto em que é apresentado, o “protonacionalismo angolano” dá azo e contribui de forma significativa para uma mistificação da história de Angola porque estabelece uma relação de continuidade – ou mesmo de causalidade – entre os fenómenos nativista e nacionalista. Com o seu “protonacionalismo”, Pinto de Andrade apontou para existência duma evolução natural do nativismo para o nacionalismo na versão MPLA, no sentido em que deu a entender que esse partido foi o receptáculo natural duma alegada tradição (quase) secular de luta contra o colonialismo português, o que lhe conferia uma legitimidade política singular em relação aos demais movimentos nacionalistas angolanos.

No entanto, uma análise factual do protesto nativista angolano deita por terra a teoria protonacionalista. Basta para o efeito confrontar esse “protonacionalismo” com alguns episódios da história do nativismo angolano. Por exemplo, podemos perguntar onde é que estava esse “protonacionalismo” quando os representantes do Partido Nacional Africano em Genebra (1925) defenderam o colonialismo português das acusações de práticas de escravatura em Angola? Ou quando, na década de 1930, a Liga Nacional Africana propôs a construção duma estátua em honra de Afonso Henriques em Luanda? Não há pois “protonacionalismo” e tão pouco nacionalismo no protesto dos nativos angolanos. Aliás, o seu protesto foi menos anticolonial do que Pinto de Andrade procurou dar a entender. O nativismo angolano realizou uma crítica do sistema colonial, denunciando a perda de privilégios dos nativos na administração colonial, e propôs também a reforma de determinados aspectos desse mesmo sistema, mas não defendeu a sua abolição porque, de facto, os nativos participavam – e beneficiavam – da estrutura de dominação colonial. Em termos políticos e sociais, os nativos formavam uma categoria mais próxima dos colonos do que da maioria

⁵⁵ Abner Cohen – *The Politics of Elite Culture: Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society*. Berkeley: University of California Press, 1981.

⁵⁶ Mário Pinto de Andrade – *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

da população negra indígena. Portanto, Mário Pinto de Andrade forneceu um entendimento mais teleológico do que histórico das origens do nacionalismo angolano. E, para mais, continuou a ignorar a existência do protesto político dos brancos de Angola.

Coube ao brasileiro Marcelo Bittencourt fazer o “casamento” das teorias da criouldade e do “protonacionalismo” angolanos. Marcelo Bittencourt expôs as suas ideias no artigo “A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas”⁵⁷, no livro *Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana*⁵⁸ e, mais recentemente, na sua tese de doutoramento *Estamos Juntos*⁵⁹. Assim, Bittencourt reforçou o postulado da relação directa e causal entre o nativismo dos finais do século XIX e inícios do século XX – o tal “protonacionalismo” – e a luta nacionalista desencadeada pelo MPLA a partir de 1961. Considerou também o conceito de criouldade ou de “cultura crioula” como a chave para a compreensão da história de Angola, na medida em que o crioulo realizaria a ponte entre os mundos africano e europeu, pois ele representaria a síntese cultural da tradição e da modernidade em África. Para Bittencourt, o MPLA fundou as suas raízes nessa cultura crioula. Ora, ao classificar de crioula a base social do MPLA, o autor atribuiu ao partido no poder em Luanda o papel de elemento dinâmico da sociedade angolana, uma vez que o MPLA seria a única força política capaz de conciliar a tradição e a modernidade em Angola. Implicitamente, “libertou-o” de qualquer suspeita de racismo – preconceito que, embora presente, não era significativo na cultura crioula na qual se formou o MPLA. Numa clara alusão à UNITA, o autor hiperbolizou o contraste entre esse movimento e o MPLA, sublinhando:

“O facto de muitos dos que foram educados em missões religiosas [os fundadores da UNITA] terem preferido continuar, à época da criação dos movimentos de libertação, próximos às suas vinculações étnicas”⁶⁰.

Neste cenário, também não há lugar para o nacionalismo dos brancos, uma vez que o autor “explicou” a assunção de posições nacionalistas por parte de alguns raros brancos pelo facto de provirem do caldo cultural crioulo. Mas, para o académico brasileiro, esses nacionalistas brancos eram excepções, porque a maioria dos brancos teria mantido “o discurso racial como barreira legitimadora”⁶¹.

Neste sentido, a teoria da criouldade acabou por “contribuir” para a hegemonização no plano teórico da legitimidade nacionalista pelo MPLA – “o único partido autorizado a ser

⁵⁷ Marcelo Bittencourt – “A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas”, in *Actas do II seminário internacional sobre a história de Angola – construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 163-185.

⁵⁸ Marcelo Bittencourt – *Dos Jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999.

⁵⁹ Marcelo Bittencourt – *Estamos Juntos. O MPLA e a luta Anticolonial (1961-1974)*. Niteroi: [Tese de doutoramento apresentada à Universidade Federal Fluminense], 2002.

⁶⁰ Idem, p. 183.

⁶¹ Idem, p. 181.

verdadeiramente angolano”. Este aspecto está directamente relacionado com a segunda grande tendência da historiografia em língua portuguesa sobre Angola, ou seja o afunilamento da investigação sobre o nacionalismo angolano no estudo do MPLA. Por outras palavras, pretende-se entender a história contemporânea de Angola quase unicamente através da história do MPLA. Esta tendência não é alheia à hegemonia político-militar alcançada pelo MPLA no dobrar do milénio em Angola. Ao fim de décadas de guerra, o MPLA derrotou os seus oponentes políticos e militares e obteve o controlo total do aparelho de Estado herdado da época colonial. Assim, desenha-se cada vez mais o perigo de confundir a história do MPLA com a história do nacionalismo angolano e até com o conjunto da história recente de Angola.

De facto, explicar o MPLA converteu-se no principal objecto da investigação académica, em detrimento de outras “vias de penetração” na história do país. Foi neste âmbito que se inseriu o livro de Carlos Pacheco, *MPLA, um nascimento polémico*⁶², na medida em que a obra roda unicamente em torno da discussão da data de fundação do MPLA, como se essa fosse a questão central da história do nacionalismo angolano. Da mesma forma, Dalila Cabrita Mateus, em *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*⁶³, acabou por contribuir – talvez involuntariamente - para uma identificação da história do nacionalismo angolano com a do MPLA, ao excluir do seu estudo as elites fundadoras doutros movimentos nacionalistas angolanos (FNLA, UNITA, etc.). No quadro ainda desta excessiva concentração da historiografia no estudo do MPLA, salientamos a publicação dos dois volumes de *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*⁶⁴, de Jean-Michel Mabeko Tali, que constituem a melhor obra publicada até ao momento sobre o partido no poder em Luanda. Aliás, é de assinalar que o autor realizou algumas considerações pertinentes sobre o debate no seio do MPLA em torno da “questão da nacionalidade” e da determinação do lugar dos brancos e dos mestiços em Angola. Desta forma, a história do MPLA tem dominado a agenda académica de investigadores portugueses, angolanos e brasileiros quase duma forma obsessiva. Pouca ou nenhuma atenção é concedida aos outros movimentos nacionalistas armados – FNLA, UNITA, etc. – e muito menos ao protesto político elaborado pelos brancos de Angola.

Por fim, a terceira tendência historiográfica a que nos referimos anteriormente consiste na elevação ao estatuto de história semi-oficial de um conjunto de livros de memórias, testemunhos pessoais e colectâneas documentais de militares, políticos e administradores portugueses e angolanos envolvidos nos processos de dissolução do Império Colonial Português e de

⁶² Carlos Pacheco – *MPLA, um nascimento polémico (as falsificações da história)*. Lisboa: Vega, 1997.

⁶³ Dalila Cabrita Mateus – *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 1997.

⁶⁴ Jean Mabeko-Tali – *Dissidências e poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001.

independência de Angola. Estas obras constituem fontes preciosas para a reconstrução da história colonial portuguesa e angolana, mas a sua utilização pelo historiador implica a realização duma acurada crítica das fontes para evitar as “armadilhas” da memória e da política. Mas o problema maior é pensar que estes trabalhos podem substituir uma investigação científica sobre a história recente de ambos os países. Por outras palavras, elevaram-se as memórias, relatos e narrativas pessoais à condição de livros de história, de modo que temos uma historiografia colonial escrita em larga medida pelos agentes dessa mesma história. Agentes que não tem formação científica, muito menos historiográfica, pelo que não existe sequer o distanciamento científico entre a história-realidade e a história-conhecimento.

*Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*⁶⁵, de Pedro Pezarat Correia, um dos militares portugueses envolvidos no processo de independência de Angola, é uma das obras mais representativas deste género de literatura. Não colocando em causa o mérito (ou o “desmérito”) do trabalho de Pezarat Correia, o facto é que trabalhos deste tipo veiculam necessariamente versões altamente personalizadas – e obviamente politicizadas – da história de Angola, facto que não é aceitável numa perspectiva historiográfica. Portanto, os relatos de militares, políticos e administradores portugueses, angolanos e outros são bem vindos pelo historiador como testemunhos históricos, mas não como obras duma qualquer história semi-oficial. Tratam-se de fontes históricas e não de livros de história. O historiador terá de saber pô-las em perspectiva, para poder analisá-las. Claramente os maiores responsáveis por esta confusão entre memorialismo e história são os próprios historiadores que se obstinam a não tratar estes assuntos cruciais da história recente de Portugal e das suas antigas colónias em África. As razões dessa obstinação não são de todo claras, mas talvez estejam relacionadas com o facto que estes assuntos sejam ainda muito delicados do ponto de vista político. Em todo o caso, os historiadores têm de saber vencer essas reticências e fazer o mester para que foram formados.

É nesta perspectiva que criticamos a *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, que pouca ou nenhuma relevância deu à história colonial portuguesa contemporânea. Contudo, é justo assinalar que José Medeiros Ferreira, o autor do oitavo volume, *Portugal em transe (1974-1985)*⁶⁶, reconheceu essa lacuna, nomeadamente no que diz respeito ao estudo do comportamento político das comunidades de colonos portugueses em África. Pena é que Medeiros Ferreira não tenha feito qualquer esforço para preencher esse vazio da historiografia portuguesa.

⁶⁵ Pedro Pezarat Correia – *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Mem Martins: Inquérito, 1991.

⁶⁶ José Medeiros Ferreira – *Portugal em transe, 1974-1985* (Volume 8 da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso). Lisboa: Estampa, 1993.

Neste sentido, é - mais uma vez - do estrangeiro que provém o impulso para o início duma produção mais consistente sobre a história da dissolução do império português. A publicação de *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa (1974-1975)*⁶⁷, por Josep Sánchez Cervelló, inseriu-se no âmbito de um renovado interesse internacional pela história colonial portuguesa. Um interesse já expresso pela publicação de *The Decolonization of Portuguese Africa*⁶⁸, por Norrie Macqueen. Infelizmente, ambos os autores procederam apenas a uma análise descritiva da passagem de poderes nas colónias portuguesas e nem sequer procuraram problematizar a aplicação do conceito “descolonização” ao caso português. Uma análise mais profunda teria confirmado ou não a hipótese avançada por Alfredo Margarido de que não houve descolonização, mas simplesmente vitória das guerrilhas independentistas. Para Margarido, “a descolonização quer simplesmente dizer que foram os portugueses, os colonizadores, que libertaram os dominados, descolonizando-os”. Ora, na opinião desse académico português, a prática política do processo de dissolução do império colonial obedeceu a uma lógica completamente diferente:

“Não houve descolonização, mas a vitória dos africanos, que impuseram ao exército português a obrigação de resolver o nó górdio da guerra que não podia ser ganha, porque estava já perdida. Ou ainda por outras palavras: não foram os portugueses que descolonizaram, foram os africanos que ganharam a guerra de libertação”⁶⁹.

Perderam-se, portanto, duas boas oportunidades para problematizar a ideia de “descolonização portuguesa”.

No âmbito internacional, destacamos ainda, pelo seu esforço de teorização, a introdução de Patrick Chabal a *A History of Postcolonial Lusophone Africa*⁷⁰. Patrick Chabal procurou repensar as tipologias clássicas de nacionalismo angolano e propôs a sua própria grelha analítica, inserindo-a no contexto duma reflexão mais vasta sobre o fenómeno nacionalista em África. No caso específico de Angola, Chabal considerou a existência de três tipos diferentes de nacionalismo: o moderno (MPLA), o tradicionalista (UPA/FNLA e UNITA) e o étnico ou etno-nacionalismo (FLEC). Os nacionalistas modernistas caracterizar-se-iam por uma visão política universalista, fortemente influenciada por modelos ideológicos europeus e em sintonia com as correntes políticas de esquerda de oposição à ditadura portuguesa, enquanto os tradicionalistas estariam mais profundamente ligados a uma realidade sócio-política - existente ou imaginária - puramente africana, entendida no sentido

⁶⁷ Josep Sánchez Cervelló – *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa, 1974-1975* (Cuadernos de Estudios Luso-Espanoles, n.º 2). Mérida: UNED/Centro Regional de Extremadura, 1998.

⁶⁸ Norrie Macqueen – *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. London: Longman, 1997 [utilizámos a versão portuguesa *A descolonização da África Portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1998].

⁶⁹ Alfredo Margarido – *Ob. Cit.*, 1980, pp. 7-8.

⁷⁰ Patrick Chabal (Ed. by) – *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst Company, 2002.

restrito de negra, insistindo por isso na necessidade de recuperação das tradições da África pré-colonial. Por sua vez, o etno-nacionalismo englobaria todos os movimentos interessados na “balcanização” de Angola, na medida em que colocariam em causa a continuidade das fronteiras territoriais traçadas pelo colonialismo. Porém, na nossa perspectiva, esse nacionalismo de base “étnica” pode ser simplesmente interpretado como uma forma de subnacionalismo, incapaz de superar uma situação de subalternidade política em relação a determinadas formas hegemónicas de nacionalismo⁷¹. Além disso, Chabal não teve em devida consideração a especificidade política dos movimentos nacionalistas criados por brancos.

Nesta onda de renovado interesse científico pelo colonialismo português, é de assinalar a publicação em Portugal de duas obras colectivas dedicadas ao estudo da história colonial portuguesa, mas que algo timidamente ainda se intitulam histórias da “expansão”. *O Império Africano, 1890-1930*⁷², décimo primeiro volume da *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Oliveira Marques, contribuiu para um aprofundamento do conhecimento do sistema colonial português em África. O capítulo dedicado a Angola foi da autoria de Aida Faria Freudenthal⁷³, que já tinha escrito um artigo muito significativo sobre a formação de partidos coloniais durante a 1.ª República em Angola⁷⁴. Em ambos os casos, Aida Freudenthal demonstrou a existência de reivindicações autonomistas por parte dos colonos brancos nas primeiras décadas do século XX. Mas as suas considerações são breves, faltando também um tratamento mais analítico do fenómeno autonomista entre os brancos de Angola.

*A História da Expansão Portuguesa*⁷⁵, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, introduziu uma dimensão mais reflexiva na história do colonialismo português. Interessa-nos sobretudo o quinto volume, *Último império e recentramento (1930-1998)*, nomeadamente as contribuições de Isabel Castro Henriques, António Costa Pinto e Rui Pena Pires. Em “Sociedade Colonial em África: ideologias, hierarquias, quotidianos”⁷⁶, Isabel Castro Henriques delineou, em traços gerais, a hierarquia social da minoria branca angolana. Estas considerações não foram, porém, devidamente exploradas, uma vez que a análise não fez a transposição das tensões sócio-económicas para a esfera política e não identificou a existência de formas de nacionalismo entre os

⁷¹ Cf. Benedict Anderson – *Imagined Communities*. London-New York: Verso, 1999 (9ª Edição), p. 3.

⁷² A. H. de Oliveira Marques (Dir. de) – *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Africano, 1890-1930* (Vol. XI). Lisboa: Estampa, 2001.

⁷³ Aida Faria Freudenthal – “Angola”, in A. H. de Oliveira Marques (Dir. de) – *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Africano* (Vol. XI). Lisboa: Estampa, 2001.

⁷⁴ Aida Freudenthal - “Um Partido Colonial – Partido Reformista de Angola, 1910-1912”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 8 e 9, Janeiro-Dezembro de 1988, pp. 13-57.

⁷⁵ Francisco Bethencourt; Kirti Chauduri (Dir. de) – *História da Expansão Portuguesa* (5 volumes). Navarra: Temas e Debates, 2000.

⁷⁶ Isabel Castro Henriques – “Sociedade Colonial em África: ideologias, hierarquias, quotidianos”, in Francisco Bethencourt; Kirti Chauduri (Dir. de) – *História da Expansão Portuguesa. Último império e recentramento, 1930-1998*, (Volume 5). Navarra: Temas e Debates, 2000, pp. 216-274.

brancos de Angola. Em “A guerra colonial e o fim do Império Português”⁷⁷, António Costa Pinto questionou o papel apagado das minorias brancas de Angola e de Moçambique durante o período de transição para a independência, concluindo que a fraca capacidade de reacção das comunidades brancas angolana e moçambicana foi provavelmente uma consequência da ditadura salazarista, da sua ausência de descentralização e da sua repressão da sociedade civil. António Costa Pinto também desenvolveu estas ideias no livro *O fim do império português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*⁷⁸. Em “O regresso das colónias”⁷⁹, Rui Pena Pires abordou o tema do êxodo maciço dos brancos coloniais para Portugal – os chamados “retornados”. Para esse êxodo teria contribuído a escassa intervenção dos colonos no processo de transição para a independência, que o autor explicou, por um lado, “pelo carácter maioritariamente recente da sua fixação nas colónias” e, por outro, pela “exclusão da participação política que caracterizava o funcionamento do regime político anterior a 1974”. No entanto, julgamos que - pelo menos no caso de Angola - uma resposta mais esclarecedora só poderá ser dada após uma análise atenta, em extensão e em profundidade, das identidades e dos comportamentos políticos dos colonos brancos.

Foi neste sentido que publicámos o livro *Branços de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*⁸⁰ em 2005. Presidiu à sua publicação o objectivo de lançar as bases dum debate académico sobre o tema e preencher, pelo menos em parte, essa lacuna da historiografia sobre Angola. Porém, esta primeira abordagem à temática assumiu um pendor mais descritivo do que analítico e deixou por estudar muitos aspectos relacionados com a história do nacionalismo dos brancos de Angola. Estes aspectos também não foram estudados na já citada tese de Cláudia Castelo⁸¹ sobre o povoamento branco de Angola e de Moçambique, na medida em que autora preferiu não desenvolver os aspectos políticos ligados à presença dessas comunidades brancas em África.

Desta forma, a análise das principais obras sobre a história do nacionalismo angolano demonstra que o estudo das identidades e dos comportamentos políticos dos colonos brancos tem sido largamente negligenciado pela historiografia sobre Angola. Poucos foram os investigadores que se interessaram de forma aprofundada por este tema e somente Alfredo Margarido lhe dedicou um artigo

⁷⁷ António Costa Pinto – “A guerra colonial e o fim do Império Português”, in Francisco Bethencourt; Kirti Chauduri (Dir. de) – *História da Expansão Portuguesa. Último império e recentramento, 1930-1998*, (Volume 5). Navarra: Temas e Debates, 2000, pp. 65-101.

⁷⁸ António Costa Pinto – *O fim do império português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

⁷⁹ Rui Pena Pires – “O regresso das colónias”, in Francisco Bethencourt; Kirti Chauduri (Dir. de) – *História da Expansão Portuguesa. Último império e recentramento, 1930-1998*, (Volume 5). Navarra: Temas e Debates, 2000, pp. 182-196.

⁸⁰ Fernando Tavares Pimenta – *Branços de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva, 2005.

⁸¹ Cláudia Castelo – *Passagens para a África Portuguesa: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole*. Lisboa: [Tese de Doutoramento em Ciências Sociais (Sociologia Histórica), ICS-UL], 2005.

antes da publicação do nosso primeiro livro. Em termos teóricos, Thomas Okuma, Mário de Souza Clington e Douglas Wheeler classificaram de nacionalismo o protesto político dos brancos angolanos, enquanto René Pélissier o rotulou de “separatismo”. No geral há uma manifesta carência de estudos sobre este tema. Os motivos dessa marginalização estiveram inicialmente relacionados com o processo de racialização do princípio da nacionalidade, concomitante à naturalização da ideia de nação, o que levou à formação duma visão maniqueísta da história do nacionalismo angolano. Nos últimos anos, essa marginalização foi agravada pela difusão no meio académico de determinados conceitos hegemónicos – por exemplo criouliidade –, pelo afunilamento da investigação na história do MPLA e pela confusão entre memorialismo e história, com a conseqüente elevação ao estatuto de história semi-oficial dos relatos dos agentes envolvidos no processo histórico da independência de Angola.

2) Perspectivas de investigação: definição de conceitos, metodologia, tipologia e fontes

Tendo em consideração o que já foi escrito por outros investigadores sobre o fenómeno nacionalista em Angola, julgamos desde já necessário apresentar as bases da nossa investigação. Assim, vamos proceder primeiro a uma clarificação de conceitos, tais como nação, raça, classe, etnia, nacionalismo e de algumas categorias coloniais, nomeadamente branco. Estas considerações devem ser entendidas no seguimento do que já foi exposto na Introdução sobre o colonialismo demográfico e o nacionalismo, no sentido em que desenvolvem e clarificam algumas das ideias já avançadas sobre a problemática que nos propomos tratar. Faremos também algumas considerações sobre a metodologia, o quadro analítico que presidirá ao trabalho e a nossa tipologia de nacionalismo. Por fim, apresentaremos as principais fontes utilizadas, dando relevo especial ao estatuto das fontes orais.

2.1) Definição de conceitos

A ideia de nação surgiu no contexto cultural e político europeu contemporâneo, enquanto invenção da modernidade, e foi exportada para o resto do planeta juntamente com outras duas ideias que marcaram o pensamento moderno: as ideias de classe e de raça. A ideia de nação “afirmava” que todo o homem tinha uma nacionalidade como atributo natural e que tinha o direito a ser governado apenas por um elemento da sua nação. Isto implicava que o Estado deveria coincidir politicamente com os limites da nação, que as minorias se deveriam separar e juntar com os indivíduos da sua nação e que, enfim, as colónias se deveriam libertar dos laços de dependência política em relação às respectivas metrópoles. O nacionalismo conheceu, por isso, uma ampla difusão nos séculos XIX e XX, assistindo-se ao fim dos impérios coloniais e de alguns Estados plurinacionais. A ideia de classe propunha uma aliança de grupo baseada na posição comum perante a propriedade dos meios de produção. Mas a construção duma consciência colectiva de classe não

se mostrou uma tarefa fácil e não obteve os resultados inicialmente esperados pelos seus impulsionadores. A ideia de raça considerava que cada tipo racial tomaria posse do território que naturalmente lhe fosse mais adequado, mas esta noção deu lugar à crença de que os brancos tinham uma superioridade inata que lhes permitia estabelecer e dominar todas as regiões do globo. Contudo, os êxodos maciços das populações brancas nas vésperas ou na sequência das independências asiáticas e africanas vieram demonstrar precisamente o contrário⁸².

Numa perspectiva marxista, nação, classe e raça podem ser entendidas enquanto ideias políticas originadas pelas estruturas económicas e políticas subjacentes. Este entendimento é o resultado do desenvolvimento teórico da afirmação de Karl Marx de que “as ideias dominantes (de qualquer época) não são mais do que a expressão ideal da relação material dominante”⁸³. Raça e nação podem assim ser vistas como ideias difundidas pelos grupos dirigentes, enquanto a ideia de classe teria resultado de uma tomada de consciência dos estratos subalternos da estrutura responsável pela sua exploração. De facto, a nação não é o produto de determinadas condições sociológicas, tais como a língua, a religião ou a raça; tão pouco é uma entidade permanente e natural. A nação é uma realidade política inventada pelo nacionalismo que a precede cronologicamente. Daí que Benedict Anderson tenha definido a nação como uma comunidade política imaginada – imaginada nos seus componentes, limites e soberania⁸⁴. Relativamente à ideia de raça, importa realçar que as relações raciais não derivam de diferenças de natureza biológica, mas de causas económicas, sociais e políticas. Mais precisamente, a ideia de raça não encontra uma confirmação empírica objectiva, isto é, não há raças biológicas, mas apenas raças política e sociologicamente inventadas e reinventadas, segundo as ideologias dominantes em determinado tempo e espaço⁸⁵. Não existem, por isso, tipos humanos permanentes e a própria ideia de raça significou coisas diferentes em circunstâncias diferentes. Por exemplo, uma referência às relações raciais na África do Sul no início do século XX era normalmente entendida como uma menção às relações entre brancos de língua afrikaner (os *boers*) e brancos de língua inglesa (os *anglofonos*), mas meio século mais tarde a mesma referência dizia certamente respeito às relações entre brancos e negros. Portanto, as relações raciais são relações entre membros de categorias sociais que se reconhecem - ou são identificadas - com rótulos rácicos⁸⁶. Claramente, estas interpretações não

⁸² Cf. Michael Banton – *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 12.

⁸³ *Apud* Idem, p. 14.

⁸⁴ Benedict Anderson – *Ob. Cit.*, 1999, pp. 6-7.

⁸⁵ Cf. Herbert Blumer e Troy Duster – “Theories of Race and Social action”, in UNESCO (Ed. by) – *Sociological Theories: Race and Colonialism*. Poole: UNESCO, 1980; Cris Smaje – *Natural Hierarchies. The Historical Sociology of Race and Caste*. Maiden: Blackwell Publishers, 2000.

⁸⁶ Michael Banton – *Ob. Cit.*, 1977, p. 12.

fecham as portas a outros entendimentos das ideias de nação, raça e classe. Há factores económicos, sociais, políticos e culturais específicos de cada caso que devem ser ponderados.

Próxima da ideia de raça está a ideia de etnia. A ideia de etnia também foi um produto da modernidade europeia e esteve muito associada ao contexto colonial⁸⁷. No caso específico de Angola, as etnias foram mais o produto das elaborações antropológicas do colonialismo português do que o correspondente a uma qualquer entidade demográfica, histórica e política pré-colonial. É certo que em determinadas regiões as populações colonizadas mantiveram entre si laços e afinidades históricas, culturais e linguísticas e que entidades políticas como o reino do Congo apresentaram uma notável continuidade histórica entre o período pré-colonial e colonial. Mas também é certo que não há traços da existência de uma consciência ou de uma identidade étnica colectiva entre as populações do Noroeste, do Centro-Norte e do Centro de Angola antes que os colonialistas europeus os tivessem classificado e dividido em Bakongo, Mbundu e Ovimbundu. Com efeito, se o colonialismo não criou sozinho as etnias, pelo menos contribuiu decisivamente para a sua construção. Assim, as populações do Planalto Central que, antes da ocupação colonial, nunca tinham constituído uma entidade histórica, política e cultural homogénea vieram a fazer parte de um mesmo grupo étnico - denominado Ovimbundu - por efeito das classificações etnológicas elaboradas pelos antropólogos e académicos coloniais. Isto é, houve uma operação de imaginação – logo de produção – de etnias pela etnologia colonial, que lhes atribuiu nomes, limites, dimensões, raízes históricas e características culturais comuns, que foram mais ou menos interiorizadas por essas populações colonizadas. Uma operação que começou no século XIX, com os ensaios estatísticos de Lopes de Lima e as pesquisas etnológicas do suíço Heli Chatelain entre as populações negras da região de Luanda, e que ganhou novo impulso durante o Estado Novo, através das acções de recenseamento da população e da elaboração de cartas étnicas que cobriam todo o território angolano. A este respeito, um dos casos paradigmáticos da relatividade empírica das construções étnicas elaboradas pela etnologia prende-se com a noção do “grupo” Ganguela, que segundo os etnologos coloniais constituía uma etnia específica, mas que na realidade corresponde a um conjunto de populações com histórias, línguas e tradições culturais completamente diferentes entre si⁸⁸.

⁸⁷ Para uma abordagem histórica à ideia de etnia em África veja-se: J.-P. Chrétien; G. Prunier (Dir. de) – *Les ethnies ont une histoire*. Paris: Karthala, 1989. Para uma perspectiva teórica mais geral: John Rex; David Mason – *Theories of Race and Ethnic Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

⁸⁸ Sobre o papel dos recenseamentos veja-se a distribuição populacional oficial dos grupos étnicos em Angola no recenseamento populacional de 1960: Direcção Geral dos Serviços de Economia e Estatística Geral da Província de Angola – 3.º *Recenseamento Geral da População de Angola, 1960*. Luanda: Imprensa Nacional, 1964, 3.º volume, pp. 84-85. De grande significado foi o ensaio estatístico de José Joaquim Lopes de Lima – *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguesas na Africa Occidental e Oriental, na Asia Occidental, na China e na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846 (em especial o terceiro livro dedicado a “Angola e Benguella e suas dependencias”). Entre as principais

Para além do papel desempenhado pela etnologia colonial na construção das etnias, a acção missionária de diferentes Igrejas protestantes parece também ter contribuído para o aparecimento de identidades e de consciências étnicas entre as populações angolanas. De facto, a divisão regional do trabalho missionário das organizações protestantes resultou num maior proselitismo dos baptistas entre os Bakongo, dos metodistas entre os Mbundu e dos congregacionistas entre os Ovimbundu, criando assim um factor de forte diferenciação entre essas populações⁸⁹.

No entanto, alguns investigadores (por exemplo, John Marcum) pretendem ver na alegada segmentação do nacionalismo angolano em três movimentos guerrilheiros o resultado das divisões étnicas da população angolana. Assim, cada movimento representaria um determinado grupo étnico – a UPA/FNLA os Bakongo, o MPLA os Mbundu (mais os estratos urbanos negros e mestiços) e a UNITA os Ovimbundu. Em abono desta teoria há o facto de alguns dirigentes dos três movimentos guerrilheiros provirem exactamente desses três grupos populacionais, inclusive os respectivos Presidentes: Holden Roberto (UPA/FNLA) era Bakongo e baptista, Agostinho Neto (MPLA) era Mbundu e metodista e Jonas Savimbi (UNITA) era Umbundu e congregacionista. Mas se avançarmos para além dos aspectos superficiais, verificamos que a argumentação das divisões étnicas do nacionalismo angolano não é confirmada pelos factos, uma vez que nenhum dos três movimentos mobilizou exclusivamente militantes de uma única “etnia”. O MPLA sempre teve um grande número de membros de origem Bakongo e alguns elementos Ovimbundu (por exemplo, Daniel Chipenda), para além de uma maioria de quadros provenientes dos meios urbanos. A UPA/FNLA também contou com quadros Mbundu, Ovimbundu – caso de Jonas Savimbi até 1964 – e até alguns mestiços de Luanda. Aliás, nenhum dos movimentos alguma vez se reclamou representante exclusivo de uma única etnia, nem sequer a UPA/FNLA que nasceu da superação de um movimento nacionalista de base regional, a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA). Assim, nenhum dos três movimentos teve alguma vez o monopólio da mobilização política sobre

obras de etnologia colonial em Angola, destacamos os seguintes trabalhos: Heli Chatelain – *Grammatica elementar do Kimbundu ou língua de Angola*. Genebra: Typ. Charles Schuchardt, 1888-1889; Heli Chatelain – *Folk Tales of Angola*. Boston/New York: [s.p.], 1894 (tradução portuguesa: *Contos Populares de Angola: cinquenta contos em Quimbundo*. Lisboa: AGU, 1964); Mário Milheiros – *Etnografia Angolana*. Luanda: Mensário Administrativo, 1945; Carlos Estermann – *Etnografia do Sudoeste de Angola* (3 volumes). Lisboa: JIU, 1960-1961; A. Mesquitela Lima – *Carta étnica de Angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica, 1970; José Redinha – *Distribuição étnica da Província de Angola*. Luanda: C.I.T.A., 1970. Para Moçambique salientamos o trabalho de Jorge Dias – *Os Macondes de Moçambique*. Lisboa: [Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], 1964. Para uma visão geral da antropologia colonial portuguesa veja-se: Donato Gallo – *Antropologia e colonialismo. O saber português*. Lisboa: Heptágno, 1988.

⁸⁹ O papel das Igrejas Protestantes na construção da consciência étnica têm sido salientado por vários académicos: Gervase Clarence-Smith – “Le problème ethnique en Angola”, in J.-P. Chrétien; G. Prunier (Dir. de) – *Les ethnies ont une histoire*. Paris: Karthala, 1989, pp. 405-415; Paul C. Byam – *New Wine in a Very Old Bottle: Canadian Protestant Missionaries as Facilitators of Development in Central Angola (1886-1991)*. Ottawa: Ph D Thesis – University of Ottawa, 1997; Linda Heywood – *Contested Power in Angola: 1840s to the Present*. Rochester: University of Rochester Press, 2000.

determinado grupo étnico (ou religioso), mas recrutou militantes em todos os estratos populacionais de Angola⁹⁰.

Relativamente ao nacionalismo, ele tem sido definido genericamente como um princípio político que sustém que a unidade nacional e a unidade política devem ser coincidentes. E, como já referimos, o nacionalismo não é uma elaboração ideológica da nação, mas o autor – no sentido de criador - da própria nação⁹¹. Para Benedict Anderson, as primeiras experiências históricas de nacionalismo teriam tido lugar na Europa Ocidental, na Rússia e na América, nos séculos XVIII, XIX e XX, e as mesmas teriam servido de modelos aos nacionalismos das populações colonizadas do resto do mundo, nomeadamente em África e na Ásia⁹². Numa linha de análise diferente, Partha Chatterjee insurgiu-se contra a ideia da universalidade dos modelos nacionalistas europeus e americano, que resultaria no despojamento dos nacionalismos africanos e asiáticos de qualquer originalidade. Para Partha Chatterjee, os nacionalismos africanos e asiáticos teriam conseguido criar um domínio próprio de soberania no interior da situação colonial, muito antes do início da luta política pela independência. Nacionalistas africanos e asiáticos teriam, pela primeira vez, realizado uma divisão do mundo das instituições e das práticas sociais em duas esferas - a material e a espiritual. A esfera material seria o domínio “exterior”, da economia e da administração, da tecnologia e da ciência, um domínio onde os europeus teriam demonstrado a sua superioridade em relação aos africanos e asiáticos. Face à superioridade material europeia, as populações colonizadas teriam sido constrangidas – quando não optado – por estudar e adoptar as técnicas europeias de forma a poder alcançar a independência. Mas a esfera espiritual, “interior”, onde se inscreveriam as marcas essenciais da identidade cultural, teria permanecido um domínio das populações colonizadas. E quanto mais intenso tivesse sido o processo de europeização material dessas populações, maior teria sido a necessidade sentida por africanos e asiáticos de preservar as respectivas culturas espirituais. Neste sentido, os nacionalistas africanos e asiáticos teriam recusado qualquer intromissão europeia na esfera espiritual, cujo domínio teria constituído o seu primeiro “território” soberano. Esta especificidade seria uma das características fundamentais e distintivas dos nacionalismos das populações colonizadas em relação aos modelos europeus e americano⁹³.

No caso específico do protesto político dos brancos de Angola, estamos a lidar com uma forma de nacionalismo que não é produzida pelas populações colonizadas, mas pela população

⁹⁰ Veja-se a este respeito as considerações de Adolfo Maria em Fernando Tavares Pimenta – *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006, pp. 131-132.

⁹¹ Definição de nacionalismo proposta por Gellner e adoptada, entre outros, por Hobsbawm. Cf. Ernest Gellner – *Nations and Nationalism*. England: Basil Blackwell, 1983; E. J. Hobsbawm – *Nations and Nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 9.

⁹² Benedict Anderson – *Ob. Cit.*, 1999, p. 37-111.

⁹³ Partha Chatterjee – *The Nation and its Fragments. Colonial and Postcolonial Histories*. Princeton: Princeton University Press, 1993, pp. 5-6.

colonizadora branca. Por isso, o protesto dos brancos angolanos deve ser compreendido no quadro mais vasto das identidades e dos comportamentos políticos das comunidades brancas nas colónias de povoamento europeu. E em todas as colónias de povoamento europeu existiram fenómenos de contestação política ao poder colonial promovidos pela população branca. Estes fenómenos tiveram lugar primeiro nas colónias do Novo Mundo, depois na Oceânia e enfim em África, acompanhando a geografia (e a cronologia) da colonização demográfica europeia no mundo. Isto apesar dos brancos coloniais terem a mesma língua, cultura, religião e ascendência comum das populações das respectivas mãe pátrias. O facto é que os brancos coloniais ressentiam o controlo apertado da economia e da administração dos seus territórios pelos governos metropolitanos e eram muitas vezes vítimas de discriminações em relação aos brancos nascidos na Europa. Assim, tendiam a ser excluídos dos mais altos cargos da administração civil, militar e religiosa a favor de brancos provenientes da metrópole. Na realidade, o branco colonial era calculado inferior ao branco metropolitano pelo simples facto de ter nascido numa colónia. Este foi, por exemplo, o caso dos brancos nascidos nas colónias espanholas da América, os chamados crioulos⁹⁴.

Mas as origens do nacionalismo dos brancos coloniais prendem-se também com a própria ideologia que enformou o povoamento branco de certos territórios coloniais, nomeadamente em África. Tal como já referimos na Introdução, os colonos brancos que se estabeleceram nos territórios africanos de povoamento europeu esperavam para as suas colónias uma evolução política análoga à das colónias americanas e à dos *dominions* britânicos do Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Mais precisamente, os colonos acreditavam que as suas colónias se converteriam um dia em territórios autónomos ou mesmo independentes sob o governo, ou pelo menos a hegemonia, da população branca. Por isso, reivindicaram o controlo do Estado colonial, no quadro duma crescente autonomização da colónia em relação à metrópole. O objectivo era obter o *self-government* (governo próprio), enquanto primeiro passo para a independência. Foi exactamente isto que aconteceu na África do Sul, que alcançou o estatuto de *dominion* britânico em 1910⁹⁵.

Dito isto, é necessário ter em consideração o facto que as comunidades de brancos coloniais nunca formaram blocos políticos homogêneos. Para além de diferenças de natureza económica e social, de classe e de geração, existiram divisões ideológicas acentuadas no seio das comunidades brancas em África, mesmo em casos de aparente monolitismo ideológico. Estas divisões tiveram reflexos ao nível do protesto político dos colonos brancos, inclusive no campo do nacionalismo. Senão vejamos.

⁹⁴ Benedict Anderson – *Ob. Cit.*, 1999, pp. 47-65.

⁹⁵ Cf. Dan O'Meara – *Volkskapitalisme: Class, Capital and Ideology in the Development of Afrikaner Nationalism, 1934 – 1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983; Leonard Thompson – *The Political Mythology of Apartheid*. New Haven: Yale University Press, 1985; Anthony P. Di Perna – *A Right to Be Proud. The Struggle For Self-Government and the Roots of White Nationalism in Rhodesia, 1890-1922*. Bulawayo: [sp.], 1978.

Na África do Sul, a política do *apartheid*, instituída pelos nacionalistas conservadores do *Nationalist Party*, jamais teve o apoio dos brancos liberais do *United Party* e foi activamente combatida pelo Partido Comunista Sul Africano, mesmo depois da sua ilegalização na década de 1950⁹⁶. Na Argélia, a *Organisation Armée Secrète* (OAS) - movimento extremista de direita que procurou, por meio da violência, impedir a independência sob o governo da maioria colonizada – nunca reuniu o apoio de todos os sectores da população argelina de extracção europeia, os *pieds noirs*⁹⁷. Assim, os *Combattants de la Libération*, grupos provenientes do Partido Comunista Argelino, lutaram contra o colonialismo francês no quadro das actividades nacionalistas organizadas pela *Front de Libération Nationale* (FLN). Não poucos socialistas, sindicalistas e até católicos progressistas (por exemplo, o *abbé Bérenguer*) colaboraram na luta nacionalista conduzida pela FLN. Durante a guerra pela independência (1954-1962), alguns *pieds noirs* tentaram mesmo ensaiar uma experiência de guerrilha anticolonial. Mas esse *maquis* não chegou a desenvolver acções militares significativas, porque foi rapidamente eliminado por alguns sectores nacionalistas “islâmicos”, que não aceitavam a participação dos “colonizadores” na luta armada⁹⁸. No Quênia, na última fase da dominação britânica, a comunidade branca estava politicamente fracturada entre um grupo conservador – *Kenya Coalition* - , partidário duma independência selectiva sob a hegemonia branca, e um grupo liberal – *New Kenya Group* - , favorável a um diálogo com os nacionalistas negros⁹⁹. Em Moçambique, em clara oposição às propostas políticas da organização conservadora *Ficar Convivendo* (FICO), um grupo de intelectuais e profissionais liberais – os Democratas de Moçambique – contribuiu de forma decisiva para a implantação da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) nos meios urbanos, em especial em Lourenço Marques e na Beira, vindo a integrar esse movimento durante o período de transição para a independência (1974-1975). Refira-se que os Democratas de Moçambique começaram a desenvolver actividades políticas muito antes do 25 de Abril de 1974, pois já em 1960 tinham dirigido um manifesto à população moçambicana¹⁰⁰.

Neste sentido, os nacionalismos elaborados pelos brancos coloniais em África foram fenómenos multifacetados e pluridimensionais, facto que torna ainda menos compreensível a

⁹⁶ A. Lerumo – *Fifty Fighting Years. The South African Communist Party (1921-1971)*. Londres: [s.p.], 1971. Cf. P. B. Rich – *White Power and the Liberal Conscience. Racial Segregation and South African Liberalism*. Manchester: Manchester University Press, 1984. Para uma visão mais geral veja-se: Bernard Lugan – *Storia del Sudafrica*. Milano: Garzanti, 1989, pp. 229-230.

⁹⁷ Daniel Leconte – *Les pieds-noirs: histoire et portrait d'une communauté*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

⁹⁸ Janine Cahen; Micheline Pouteau – *Una resistenza incompiuta. La guerra d'Algeria e gli anticolonialisti francesi, 1954-1962*. Milano: Il Saggiatore, 1964, pp. 233-250; Bruno Étienne – *Les européens d'Algérie et l'indépendance algérienne*. Paris: CNRS, 1968, pp. 72-73.

⁹⁹ B. A. Ogot; W. R. Ochieng (Ed. by) – *Decolonization & Independence in Kenya, 1940-93*. London: James Currey, 1995, pp. 62-63.

¹⁰⁰ Democratas de Moçambique – “Manifesto dos Democratas de Moçambique dirigido à população”, *Portugal Democrático*, Novembro de 1960, V, p. 8. Cf. Jorge Jardim – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Intervenção, 1976.

marginalização do seu estudo pelo mundo acadêmico. Tal como já verificámos, no caso concreto de Angola essa marginalização foi em parte o resultado da instrumentalização da ideia de raça no seio do próprio nacionalismo angolano¹⁰¹. Senão vejamos. A ideia de raça desempenhou um papel crucial no duplo processo de exclusão política do branco e de identificação do negro (e do mestiço) com o africano. Esse processo teve as suas raízes no próprio sistema colonial português. De facto, durante a dominação colonial, a ideia de raça tinha sido utilizada como elemento de distinção entre os ditos “civilizados” e os “indígenas”. Os censos e outras operações de recenseamento e de classificação da população desempenharam um papel fundamental na intrusão da ideia da diferença de raças. O instrumento jurídico por excelência foi o Estatuto do Indigenato. Assim, os brancos, só porque eram brancos, eram automaticamente considerados civilizados, enquanto os negros (e até certo ponto os mestiços) tinham de provar a sua civilização por meio de testes estabelecidos pelas autoridades coloniais e, se fossem aprovados, tornar-se-iam assimilados. Isto porque o colonialismo português pressupunha que os negros eram *a priori* incivilizados, sendo por isso remetidos para a categoria de indígenas. Mais ambígua era a posição dos mestiços, que eram quase sempre incorporados na categoria dos civilizados sem ter de passar por qualquer processo de assimilação. As diferenças entre civilizados e indígenas eram enormes: os primeiros eram cidadãos portugueses, os segundos meros sujeitos coloniais sem direitos políticos e compelidos ao trabalho obrigatório¹⁰².

No movimento nacionalista ocorreu uma inversão de posições. O negro era entendido como o homem autenticamente africano, enquanto o branco era considerado um elemento estranho à África, um intruso europeu. A raça serviu assim (outra vez) de elemento de distinção, de legitimação e de exclusão: distinguiu os brancos dos negros e mestiços e legitimou a africanidade dos dois últimos, da qual foram excluídos os primeiros. Por outras palavras, o branco não podia ser africano porque era branco, enquanto o negro era africano só porque era negro. Assim, ao negro cabia a “missão histórica da libertação” dos povos africanos. “Libertação” essa que não só foi pensada sem a participação dos brancos, como também à custa da sua expulsão de África. E, de facto, mesmo muitos dos que se proclamavam anti-racistas tinham dificuldades em aceitar a integração de brancos na luta nacionalista, como se temessem a concorrência destes numa futura Angola independente.

Deste modo, o uso das categorias “branco”, “mestiço” e “negro” deve ser entendido à luz do contexto histórico colonial e da luta anticolonial no qual emergiu o nacionalismo angolano. Eventuais objecções à utilização dessas categorias só podem resultar de um problema de

¹⁰¹ As seguintes considerações foram já desenvolvidas na Introdução ao nosso segundo livro: Fernando Tavares Pimenta – *Ob. Cit.*, 2006, pp. 20-25.

¹⁰² A distinção entre cidadãos e sujeitos coloniais parece ter sido inspirada pela legislação colonial francesa. Veja-se sobre este assunto: Joaquim Maria da Silva Cunha – *Ob. Cit.*, 1960, p. 8.

representação política das identidades dos diversos segmentos demográficos da população angolana, nomeadamente dos brancos. No caso desta categoria importa distinguir, pelo menos, três significados diferentes de branco: étnico, cultural e político.

No sentido étnico, branco referia-se à população colonizadora de origem europeia estabelecida no território angolano durante a ocupação colonial portuguesa, independentemente da sua naturalidade, cuja cor da pele constituía o sinal distintivo da sua origem geográfica. Assim, era considerado branco tanto o indivíduo nascido na Europa, como o natural de Angola ou de outro território, desde que fosse integralmente descendente de europeus (pais, avós, etc.) e de fenótipo claro. Note-se que, por vezes, o termo europeu era utilizado como sinónimo de branco, por oposição a africano (sinónimo de negro), pois o homem europeu permanecia o arquétipo do branco colonial. Em alguns casos os mestiços de coloração mais clara – os “cabritos” e “cabritinhos” – confundiam-se com os brancos, uma vez que não existia uma barreira racial oficial - *colour bar* - capaz de assegurar a pureza da categoria, ao contrário do que sucedia durante o regime de *apartheid* na África do Sul. Esta ausência duma barreira racial institucionalizada pode ser compreendida pelo simples facto das autoridades coloniais terem considerado desnecessária a sua adopção em Angola. Geralmente, a institucionalização de barreiras raciais aconteceu nos territórios em que determinados sectores das populações colonizadas - ou pelo menos não brancas (mestiços e asiáticos) - tinham adquirido uma força económica, social e cultural capaz de ameaçar a primazia europeia. Esta era, por exemplo, a situação na África do Sul no segundo após Guerra Mundial. Ao invés, em Angola, no mesmo período, as populações colonizadas negras – e mesmo os mestiços – não estavam em posição de ameaçar a hegemonia económica, social e política dos administradores portugueses. Por outro lado, a ausência dessa barreira racial institucionalizada terá contribuído para contrabalançar a rigidez das franjas mais conservadoras da população branca, pelo que terá evitado o desenvolvimento de uma identidade puramente étnica entre os brancos de Angola.

No sentido cultural, branco podia referir-se a todos os que tinham adoptado parcial ou integralmente um modo de vida europeu, simbolizado pela adopção da língua, da religião, dos códigos de comportamento, das formas de sociabilidade, do vestuário, dos hábitos de alimentação, de trabalho e de lazer, do sistema de propriedade, da organização espacial dos espaços de produção e de habitação, etc. A categoria assumia portanto contornos mais esfumados, em virtude da enorme elasticidade do critério determinante utilizado – o modo de vida ou um certo *habitus* cultural¹⁰³. Assim, para um negro do interior, com pouco contacto com o mundo moderno, era branco tanto o colono recém chegado da Europa, como o mestiço ou o negro do litoral que calçava botas e vestia à europeia. Assim, branco deixava de ser exclusivamente o indivíduo de fenótipo claro, para englobar

¹⁰³ Pierre Bourdieu – *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

todos os que tinham adoptado o modo de vida do colonizador. Na cidade verificava-se uma situação muito diferente, uma vez que muitos dos negros que apenas recentemente tinham adoptado algumas das características do modo de vida europeu - os “pretos calcinhas” - eram alvo da chacota dos brancos e de uma parte substancial das antigas elites mestiça e negra europeizada. No pólo oposto estavam os brancos “cafrealizados”, isto é, os brancos que tinham adoptado o modo de vida – o *habitus* - dos negros da sanzala. Estes brancos “africanizados” eram vítimas do desprezo da restante comunidade branca, em especial dos colonos recém chegados, e das autoridades portuguesas que os consideravam “selvagens”. Desta forma, a maior elasticidade do significado cultural de branco implicava um entendimento equívoco da categoria, extravasando em muito o seu significado étnico. Mas essa ambiguidade proporcionava o ambiente necessário para o aparecimento de espaços de comunicação, de negociação e de mútuo conhecimento entre colonizadores e colonizados, dando origem a formas de transculturalidade, nomeadamente em Luanda e Benguela¹⁰⁴.

No sentido político, assistiu-se ao desenvolvimento dum conjunto de elaborações ideológicas sobre o uso do significado de branco. Na situação colonial, branco podia ser entendido no sentido lato de não-indígena, isto é, agrupando todos os que usufruíam dos direitos inerentes à cidadania e que por isso não estavam sujeitos ao trabalho obrigatório. Neste caso, pelo menos até 1961, a categoria de branco englobava os colonos e seus descendentes, a maior parte dos mestiços e um número muito reduzido de negros europeizados que tinham conseguido provar a aquisição da civilização europeia - os assimilados. Este grupo heterogéneo de cidadãos correspondia àquilo que os censos populacionais designavam de “População Civilizada”, por oposição à “População Indígena”, que reunia a grande maioria dos negros e um número diminuto de mestiços. No entanto, branco também foi usado num sentido muito mais restritivo, pelas próprias autoridades coloniais portuguesas durante o Estado Novo, para definir exclusivamente os indivíduos de fenótipo claro nascidos na Europa. De fora ficavam os brancos, filhos de colonos, naturais de Angola, que eram remetidos para uma nova categoria, a dos euro-africanos. Isto significa que, pelo menos durante um certo período, os teóricos da ditadura colonial consideravam que a raça era determinada pela naturalidade. Os euro-africanos não gozavam exactamente dos mesmo direitos dos brancos europeus e eram alvo da discriminação económica, cultural e política exercida pela potência colonial, ainda que de forma muito menos violenta da que era vítima a maioria negra¹⁰⁵. Assim, durante o Estado Novo, a situação dos brancos naturais de Angola, os euro-africanos, não era muito diferente da dos brancos nascidos nas colónias americanas – os crioulos - durante a dominação colonial espanhola. Neste cenário, os mestiços permaneciam numa posição peculiar e ambígua,

¹⁰⁴ Cf. Alfredo Margarido – *Ob. Cit.*, 1992, pp. 161-166.

¹⁰⁵ United Nations General Assembly – *Report of the Sub-committee on the Situation in Angola*, 16^a Session, Agenda Item 27, November 22nd 1961.

confluindo frequentemente na categoria (alargada) dos euro-africanos. Daí que brancos naturais de Angola e mestiços, filhos de colonos, transpusessem muitas vezes as distâncias produzidas pelas diferenças da cor para trabalharem em conjunto em organizações com objectivos à primeira vista culturais – mas de fundo claramente político - como a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), a Sociedade Cultural de Angola (SCA) ou a Casa dos Estudantes do Império (CEI). Neste contexto, na situação colonial angolana, a raça tanto podia ser determinada pela lei – no sentido lato – , como pela naturalidade – no sentido restrito – , mas não exclusivamente pela cor da pele, de forma que os significados étnico, cultural e político de branco não eram coincidentes.

A multiplicidade semântica do termo branco também foi uma característica das elaborações ideológicas produzidas pelos movimentos nacionalistas angolanos. Para a UPA/FNLA tanto era branco o fazendeiro de café originário de Lisboa, como o funcionário mestiço ou negro europeizado de Luanda, pois os três eram considerados o produto e agentes da dominação colonial portuguesa. Na perspectiva da UPA/FNLA, pelo menos num primeiro momento, a luta de independência teria necessariamente de passar pela eliminação desses três elementos demográficos, considerados estranhos à matriz original africana do país, cujo arquétipo se deveria encontrar algures nos míticos tempos pré-coloniais. Daí os massacres de brancos, de mestiços e até de negros assimilados perpetrados pela UPA em 1961. Daí também a aversão política da UPA/FNLA ao MPLA, considerado o partido dos mestiços, filhos de colonos, de Luanda. Tratava-se de um entendimento essencialista e quase “messiânico” da luta nacionalista.

No MPLA a posição dos brancos na luta pela independência foi sempre considerada com muita ambiguidade, em virtude da origem e composição do grupo dirigente do movimento. Assim, se, por um lado, muitos brancos naturais da colónia se identificaram com o alegado multirracismo do MPLA, por outro, na sua 1.^a Conferência Nacional (1962), em Leopoldville (actualmente Kinshasa), esse movimento recusou a entrada de brancos nas suas fileiras, reduzindo-os à condição de “portugueses de Angola”. O MPLA colocou assim em acto um processo de diferenciação política em relação aos angolanos brancos. Com efeito, o discurso externo anti-racista foi contrastado por uma prática interna que marginalizou de facto os brancos, num movimento que procurou o reconhecimento da sua legitimidade nacionalista através da negrificação da sua cúpula dirigente. Este processo conduziu à eleição de Agostinho Neto para o cargo de Presidente e à saída de muitos dos seus quadros mestiços - entre os quais o ex-Secretário Geral, Viriato da Cruz - em 1962-1964¹⁰⁶. Só muito mais tarde, por iniciativa do próprio Agostinho Neto, um número muito

¹⁰⁶ Sobre a crise do MPLA de 1962-1964 veja-se: Viriato da Cruz – *Ob. Cit.*, 1964, pp. 5-16; Maria do Céu Carmo Reis; Fidel Carmo Reis – “O MPLA e a crise de 1962-64 como representação; alguns fragmentos”, in *III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Lisboa: ICS, 1996, pp. 697-709; Jean-Michel Mabeke Tali – *Ob. Cit.*, 2001, pp. 76-106.

circunscrito de brancos foi admitido no MPLA. Mas a posição desses raros militantes brancos esteve sempre muito dependente da vontade política pessoal do próprio Presidente do MPLA, sendo por vezes vítimas de episódios de racismo no interior desse movimento¹⁰⁷.

O MPLA foi portanto um dos responsáveis - mas não o único - pela redução do significado político de branco ao seu sentido étnico, senão vejamos. A partir de 1962 os quadros mestiços passaram de uma posição de relativa hegemonia para uma situação de relativa fragilidade política no seio do MPLA. Na prática interna do movimento – mas não na teoria revolucionária - a legitimidade nacionalista era conferida pela cor da pele. A lógica dominante era a de que quanto mais escura fosse a epiderme, menor teria sido a ligação aos colonizadores e maior seria a autenticidade nacionalista, o que colocava os mestiços numa posição incómoda. A sua situação agravava-se pelo facto de alguns sectores negros não realizarem qualquer distinção entre brancos e mestiços, visto que ambos descendiam da população colonizadora e eram, de certa forma, marcas da dominação colonial portuguesa (valia neste caso o significado cultural de branco). Por isso, alguns mestiços, que na situação colonial sempre tinham procurado valorizar a sua ascendência europeia, passaram rapidamente a reivindicar a sua componente africana, ao mesmo tempo que tentaram apagar as suas relações com os brancos – ou seja, “lembraram-se da mãe negra e esqueceram o pai branco”. No seu esforço para fugir às evidentes relações com a população colonizadora, esses mestiços contribuíram para a delimitação política da categoria de branco ao conjunto de indivíduos de ascendência exclusivamente europeia. Não foram considerados factores como a naturalidade ou a posição no interior da situação colonial que, noutros contextos, tinham condicionado as definições cultural e política de branco. Em poucas palavras, os significados político e étnico de branco tornaram-se coincidentes pela redução do primeiro ao segundo¹⁰⁸.

2.2) Metodologia

Apesar das considerações anteriores relativas aos conceitos operatórios, no nosso trabalho as categorias emergem da descrição dos factos ou pelo menos da análise que deles se faz, recusando-se a imposição de categorias sem uma demonstração empírica. Julgamos indispensável uma correspondência entre teoria e factos históricos. Daí a necessidade duma imersão nas fontes, nos arquivos e bibliotecas, na recolha de depoimentos orais. Mas para penetrar na realidade factual é necessário usar determinados instrumentos conceptuais, ou melhor criar certas ferramentas de análise adequadas à realidade factual. Foi precisamente isto que procurámos fazer pela definição de um quadro analítico e pela elaboração de uma tipologia de nacionalismo angolano. Tentámos também construir um quadro complementar comparativo pela inserção do caso angolano no

¹⁰⁷ Veja-se a este respeito as considerações de Adolfo Maria em Fernando Tavares Pimenta – *Ob. Cit.*, 2006, pp. 84-85.

¹⁰⁸ Fernando Tavares Pimenta – *Ob. Cit.*, 2006, pp. 24-25.

contexto mais lato das colónias de povoamento europeu em África¹⁰⁹. Adoptámos enfim uma estrutura cronológica sequencial na elaboração deste trabalho.

Relativamente ao quadro analítico que presidiu à nossa investigação, julgamos que qualquer análise das identidades e dos comportamentos políticos dos brancos de Angola deve ter em consideração a existência de determinados eixos analíticos que correspondem à realidade histórica do fenómeno do colonialismo demográfico em Angola. Como tal, numa primeira fase – a da 1.^a República – definimos um triângulo analítico constituído por: a) as elites coloniais brancas, organizadas em grupos de interesses (*interests groups*) e em estruturas políticas partidárias; b) o Estado colonial, corporizado na figura do Governador Geral ou do Alto Comissário; c) o Estado central sediado em Lisboa, representado directamente pelo Ministério das Colónias e indirectamente pelos demais órgãos de soberania portugueses. Nesta primeira fase, as elites nativas, as suas organizações políticas e culturais, e a população indígena colocaram-se em planos políticos diferentes da população branca. Angola era uma colónia de povoamento português e acreditava-se que o seu futuro passava por um reforço da influência dos colonos na governação do território. Os colonos percebiam-se – e eram entendidos pelo poder colonial – como os verdadeiros construtores de Angola. Eles eram os “homens de Angola” ou, numa palavra, a “colónia”. Portanto, foi já numa segunda fase – após a 2.^a Guerra Mundial – , quando o recuo do colonialismo tornou patente as limitações do poder europeu, que os movimentos políticos das elites mestiças e negras europeizadas adquiriram relevância para os colonos brancos e para a potência colonial. De facto, essas elites começaram a dar sinais de querer tomar as rédeas da governação com ou sem o beneplácito do poder colonial. Por isso, o nosso triângulo analítico deu lugar a um quadrado analítico constituído pelos três eixos anteriores mais um quarto eixo – o dos movimentos nacionalistas africanos. A guerra de independência deu a estes últimos – entretanto convertidos em movimentos guerrilheiros – uma força político-militar e uma projecção internacional que os movimentos criados por brancos nunca conseguiram obter. E quando se deu o 25 de Abril em Portugal, as elites brancas foram rapidamente marginalizadas do processo de independência pelo Estado Português – na dupla dimensão de Estado central e de Estado colonial – a favor dos movimentos guerrilheiros.

Dito isto, podemos apresentar a nossa própria definição e tipologia de nacionalismo angolano. Definimos o nacionalismo angolano como o produto ideológico – isto é, o princípio político - de uma aspiração de domínio económico, social e político – numa palavra, de poder – das elites coloniais angolanas, que almejavam ser nacionais, no sentido em que pretendiam obter quer a independência externa, quer a hegemonia interna em Angola. A multiplicidade de movimentos

¹⁰⁹ Sobre o método comparativo veja-se Theda Skocpol; Margaret Somers – “The uses of comparative history in macrosocial inquiry”, *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 22, n.º 2, Abril de 1980, pp. 174-197.

nacionalistas antagónicos foi o reflexo da complexidade de relações, de tensões e de oposições no seio dessas elites angolanas. Embora rivais, os movimentos nacionalistas angolanos podem ser agrupados em correntes segundo um critério político: o dos conteúdos políticos dos projectos nacionalistas de cada movimento. Recusamos por isso uma classificação feita com base em critérios raciais, étnicos ou classistas, porque – tal como já verificámos - os principais movimentos nacionalistas tinham militantes provenientes de todas as “raças”, “etnias” e “classes sociais”. Aliás, determinar a orientação ideológica de um movimento recorrendo apenas ao critério da base social não tem qualquer sentido. Por exemplo, o MPLA tinha uma cúpula política que provinha dos estratos médios e superiores da população mestiça e negra, porém era o movimento que mais próxima estava da ideologia marxista e do próprio bloco soviético. Neste sentido, com base no critério político podemos identificar vários tipos de nacionalismo em Angola¹¹⁰. Vejamos.

Em primeiro lugar, convém distinguir o nacionalismo angolano de algumas formas de subnacionalismo de base regional. O subnacionalismo é um nacionalismo não concretizado, isto é, abafado por formas hegemónicas de nacionalismo. No caso de Angola, os subnacionalismos regionais não se identificavam com a totalidade da nação compreendida nas fronteiras coloniais, mas com identidades nacionais mais restritas existentes em determinadas regiões do espaço angolano. É o caso do subnacionalismo de Cabinda, que teve a sua expressão mais conhecida na luta conduzida pela FLEC em prol da independência desse enclave. A UPNA, pelo menos num primeiro momento, também representou um caso de subnacionalismo, na medida em que apenas reivindicou a independência do Norte de Angola, mais precisamente do “reino do Congo”. Mas o mesmo não se passava com a UPA, herdeira e produto duma evolução interna da UPNA, que já se colocava num plano político totalmente angolano.

No âmbito propriamente dito do nacionalismo angolano, podemos distinguir duas grandes correntes: o nacionalismo africano e o nacionalismo euro-africano. Ambas as correntes defendiam a independência e a integridade territorial de Angola, mas enquanto a primeira percebia Angola como uma nação de matriz fundamentalmente africana, no sentido de negra, a segunda entendia o país como o produto do encontro das esferas europeia e africana, atribuindo por isso à minoria branca um papel político dinâmico nos processos de independência e de construção do Estado Angolano. O Brasil era muitas vezes apontado como o modelo político por determinados sectores dos nacionalistas euro-africanos. Brancos, mestiços e negros participaram nas duas correntes, mas com maior prevalência de negros e mestiços no nacionalismo africano e de brancos no nacionalismo euro-africano. Muito embora nunca tivesse sido possível estabelecer um entendimento político entre

¹¹⁰ As seguintes considerações devem ser entendidas como um aprofundamento de algumas das ideias “lançadas” na Introdução.

nacionalistas africanos e euro-africanos, estas duas correntes não funcionaram como dois blocos contrapostos. Em determinados momentos houve mesmo algumas relações de “promiscuidade” e até mudanças de campo. E jamais nenhuma das duas correntes constituiu um bloco político homogéneo, no sentido em que não elaboraram uma, mas várias identidades políticas. Portanto, no interior de cada uma delas podemos distinguir vários movimentos políticos. No nacionalismo africano destacamos os três principais movimentos guerrilheiros, UPA/FNLA, MPLA e UNITA, que assumiram abertamente uma perspectiva revolucionária do nacionalismo angolano. O Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), movimento formado sobretudo por brancos e mestiços, também se situou no âmbito do nacionalismo africano. No nacionalismo euro-africano salientamos a OSA e a FUA.

3) Fontes

Relativamente às fontes, utilizámos neste trabalho fontes escritas, manuscritas e impressas, tendo particular relevo os Arquivos PIDE/DGS e António de Oliveira Salazar (AOS), dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT), e a documentação do *Foreign Office*, do Public Record Office (Londres). Para além disso, consultámos alguns fundos do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo da Fundação Mário Soares, do Arquivo da Universidade de Coimbra, bem como documentos dos espólios pessoais de Alberto Vilaça, Adolfo Maria e Zaida Dáskalos. Utilizámos também como fontes os livros de memórias, relatos e outras publicações de agentes envolvidos nos processos colonial e nacionalista em Angola. A imprensa assumiu especial relevância na elaboração dos Capítulos II e VI. Julgamos aliás necessário tecer algumas considerações sobre a utilização da imprensa e das fontes periódicas no processo de reconstrução histórica.

Desde logo, é indispensável tratar o jornal como qualquer outra fonte que requer uma acurada crítica histórica. Assim, o historiador deve ter em consideração as condições de produção e de financiamento da imprensa, na medida em que quem financia a sua publicação pode ter interesse político ou pessoal em desvirtuar os factos. Aliás, na ausência de outros meios de comunicação, todos os grupos ou correntes políticas procuram exprimir as suas ideias através da imprensa, a qual pode seguir uma determinada linha política. Outra condicionante política que pode deturpar os factos históricos é a censura, que no caso de Portugal e das suas colónias existiu desde o início da Ditadura Militar de 28 Maio de 1926 até ao 25 de Abril 1974¹¹¹. O historiador deve também ter em conta o público a quem o jornal se destina, bem como o facto que o conteúdo dos artigos jornalísticos dizem respeito a factos imediatos que reentram no campo do efémero. Aliás, o estilo

¹¹¹ Em Angola a censura prévia funcionou de forma mais incisiva a partir de 1929, com o Alto Comissariado de Filomeno da Câmara. Refira-se também que a censura teve um curto interregno durante a rebelião de Luanda, de 20 de Março de 1930. Para uma perspectiva geral da censura no Estado Novo veja-se: Comissão do Livro Negro Sobre o Fascismo – *A política de informação no regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1980; C. Azevedo – *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho, 1999

dos jornais é frequentemente grandiloquente, apaixonado e abrupto. Enfim, é preciso não esquecer que o jornalista já fez uma escolha, ou seja uma selecção dos factos e deu já a sua interpretação na narração que deles faz. Essa selecção e interpretação pode ser feita em função de critérios ideológicos, políticos, económicos ou de simples interesse pessoal. A imprensa é assim um manancial enorme de informação histórica, mas a sua utilização no processo de reconstrução histórica tem de ser feita com espírito crítico, frieza analítica e rigor científico. Relativamente às técnicas de recolha de informações no jornais, é também fundamental recorrer a uma metodologia rigorosa, sobretudo quando se trata de fazer uma investigação sobre um tema no arco de um período temporal longo como é o nosso caso. Há duas técnicas principais: a) fazer um estudo sistemático, dia por dia, ao longo de um certo período de tempo, o que é obviamente moroso; b) realizar um estudo por sondagem, o que implica uma significativa dose aleatória nos resultados. No nosso estudo, optámos por fazer um estudo sistemático da imprensa, sobretudo durante a 1.ª República e em determinadas conjunturas críticas do colonialismo português em Angola, utilizando para o efeito as colecções do *Jornal de Benguela*, da *A Província de Angola* e de outros jornais da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Nalguns casos consultámos também as colecções da Hemeroteca Municipal de Lisboa e da Biblioteca Municipal de Coimbra¹¹².

Paralelamente, ao longo do trabalho usámos várias fontes orais, que recolhemos para o efeito através de um conjunto de entrevistas com determinadas personalidades ligadas à administração colonial portuguesa e ao nacionalismo angolano. Dada a sua especificidade, julgamos pertinente fazer uma clarificação do estatuto das fontes orais no nosso trabalho.

Em primeiro lugar, é necessário sublinhar que a história feita só com fontes escritas não está livre de vazios, lacunas, imprecisões e incertezas. Por isso, tem-se assistido a uma progressiva tomada de consciência das limitações das fontes escritas e a uma gradual revalorização das fontes orais. Na verdade, reconstruir uma história “subjectiva”, vista pelos protagonistas, em contraposição a uma história “oficial”, feita com base só nas fontes escritas, tem sido talvez uma tendência (minoritária entenda-se) dos últimos anos da historiografia europeia¹¹³. Não pretendemos aqui contrapor essas duas tendências - a “subjectiva” e a “oficial” - como se fossem paradigmas ou

¹¹² Para uma discussão geral da imprensa enquanto fonte histórica veja-se: Yves Agnès; Jean-Michel Croissandeau – *Lire le journal. Pour comprendre et expliquer les mécanismes de la presse écrite*. Saint-Julien-du-Sault: F.P. Lobies, 1979; Jacqueline Sainclivier – “La presse”, in Alain Croix (Dir de) – *Guide de l'histoire locale. Faisons notre histoire!*. Paris: Éditions du Seuil, 1990, pp. 121-128.

¹¹³ Em Portugal existem vários trabalhos sobre a guerra colonial e a descolonização baseados em memórias, entrevistas e relatos pessoais de militares e doutras personalidades portuguesas envolvidas nesses processos: A título de exemplo veja-se: João Paulo Guerra – *Memórias das guerras coloniais*. Lisboa: Afrontamento, 1994; João Paulo Guerra – *Descolonização portuguesa. O regresso das caravelas*. Lisboa: Dom Quixote, 1996; General Silva Cardoso – *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2001; General Gonçalves Ribeiro – *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002. Entre os angolanos destacam-se Sócrates Dáskalos – *Um testemunho para a história de Angola. Do huambo ao huambo*. Lisboa: Vega, 2000 e (ainda que natural de Portugal) Américo de Carvalho – *Angola. Anos de esperança*. Coimbra: Minerva, 2001.

métodos opostos da investigação histórica. Muito menos entendemos a memória individual como fonte alternativa para a reconstrução do passado. Partilhamos da ideia que os depoimentos orais e as memórias individuais não devem substituir os documentos escritos, mas devem constituir um quadro de referência complementar às fontes escritas, um quadro útil e necessário, mas não um método de análise alternativo. Porquê? Basicamente porque fontes escritas e orais apresentam ambas limitações, problemas de leitura e de interpretação. Por isso, importa estabelecer, sempre que possível, uma relação de complementaridade entre fontes escritas e orais¹¹⁴.

No âmbito das fontes orais são exemplares os ensinamentos dos historiadores interessados em compreender as dinâmicas das sociedades africanas a partir de uma análise das fontes orais, nomeadamente da tradição oral. Diferentemente de outras fontes orais, a tradição oral implica que a informação seja transmitida no tempo de geração em geração ou, pelo menos, para além da geração responsável pela sua produção¹¹⁵. Noutro plano situam-se a autobiografia e as memórias, isto é, a reconstrução assente sobre um determinado momento da oralidade que também apresenta um elevado interesse historiográfico.

Neste sentido, no contexto cultural da situação colonial em África¹¹⁶, as fontes orais adquirem uma relevância diferente consoante se trate de reconstruir a história das populações colonizadas ou a dos estratos colonizadores. No primeiro caso existe um contexto de forte tradição oral, em que a informação é transmitida de geração em geração, pelo que é possível traduzir a oralidade e confrontá-la, enquanto dimensão já codificada e aceite (pelo menos) por uma parte da sociedade. O historiador encontra-se na presença de fontes não escritas, mas estruturadas e repetitivas. Tem por isso um vasto material para elaborar e verificar. O mesmo não acontece entre os estratos colonizadores europeus, os quais não têm uma tradição oral e, portanto, não transmitem informações oralmente de geração em geração. Neste caso, a experiência colonial é sobretudo subjectiva, exprime o património do singular e é demasiado breve e individual para se tornar tradição e memória transmitida. Como tal, a oralidade não é codificada, não pertence à tradição cultural que se pretende analisar, mas representa apenas uma técnica do construtor da história. Assim, se não existe um património de conhecimento colectivo transmissível e geracional, o historiador tem de recorrer a outro tipo de fontes orais que não a tradição oral, isto é, às memórias e aos depoimentos dos intervenientes do processo colonial. O historiador converte então esses testemunhos orais em fontes úteis para a reconstrução dos factos históricos. Aliás, a publicação de

¹¹⁴ Irma Taddia – *La memoria dell'Impero. Autobiografie d'Africa Orientale*. Bari: Piero Lacaita Editore, 1988, pp. 15 e 18-19.

¹¹⁵ Jan Vansina – *Oral Tradition as History*. London: James Currey, 1985, pp. 27-28.

¹¹⁶ Sobre o conceito de situação colonial veja-se: George Balandier – “The colonial situation: a theoretical approach”, in *Africa: Social Problems of change and conflict* (Ed. by Pierre L. van den Berghe). San Francisco: Chandler, 1965, pp. 34-61; Anna Maria Gentili – *Il leone e il cacciatore: storia dell'Africa sub-sahariana*. Roma: Nis, 1995.

memórias e de depoimentos, através, por exemplo, da realização de entrevistas, permite a conservação de fontes para uma futura análise, mais aprofundada, de determinados fenómenos históricos do passado recente¹¹⁷. A verdade é que as memórias representam a transmissão de uma vivência impossível de repetir e de quantificar. A morte do indivíduo implica necessariamente o desaparecimento dessas memórias, a menos que não sejam previamente fixadas no papel, isto é, escritas¹¹⁸. Foi precisamente isto que procurámos fazer com publicação do nosso segundo livro, *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*.

Tal como salientámos na introdução desse livro, cada agente histórico é um potencial “arquivo vivo”. Mas, enquanto fonte, o testemunho oral oferece mais dificuldades de leitura do que as fontes tradicionais, na medida em que se trata duma narração (reinterpretação) *a posteriori*, portanto modificada pelos acontecimentos sucessivos aos factos narrados. A fonte oral, não coeva do fenómeno analisado, é por isso duplamente condicionada pela experiência de vida do entrevistado e pela cultura do tempo em que a narração tem lugar. Por outras palavras, as informações são filtradas à luz do presente e dos valores sociais e culturais modificados e o registo do vivido coloca-se tanto em relação à realidade contemporânea como à do passado, sendo condicionado pela diversidade dos tempos. Há pois uma visão dos acontecimentos revividos com outros cânones culturais, nomeadamente os que são construídos posteriormente à data duma experiência vivida. Além disso, os testemunhos orais podem, por vezes, sobrepor períodos diferentes da narração, na medida em que se podem confundir as recordações. As culturas passada e presente entrelaçam-se na recordação dos factos e os acontecimentos acabam por ser objecto de reinterpretação com base em vários momentos culturais. Assim, nos depoimentos orais estão presentes (directa ou indirectamente) os acontecimentos de todo o arco de uma vida humana, o que pode proporcionar a realização de extrapolações e de análises forçadas. Esta ambiguidade cronológica e cultural, típica da fonte oral, não se apresenta para o documento escrito: o documento de arquivo associa-se mais directamente a um único contexto cultural e momento histórico¹¹⁹. O testemunho oral pode ser ainda condicionado, na forma e nos conteúdos, pelo contexto e condições de produção do depoimento e pelo tipo de mercado social a que se destina a entrevista¹²⁰.

Deste modo, o historiador interessado em analisar testemunhos orais tem de estar muito atento às referências temporais, culturais, sociais e políticas do entrevistado, a fim de evitar deturpações, manipulações, etc. O perigo de manipulação da memória aumenta quando se pisam terrenos conceptualmente pantanosos e politicamente sensíveis, como o da colonização e

¹¹⁷ Cf. Jan Vansina – *Ob. Cit.*, 1985, pp. 12-13.

¹¹⁸ Cf. Irma Taddia – *Ob. Cit.*, 1988, p. 19.

¹¹⁹ *Idem*, pp. 29-30.

¹²⁰ Pierre Bourdieu – “L’illusion biographique”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 62/63, Junho de 1986, p. 71.

descolonização portuguesas ou o dos nacionalismos nas antigas colónias em África. Nestes campos, abundam relatos opostos, cronologias desencontradas e acusações variadas, demonstrando como o passado depende mais do presente do que geralmente se imagina. Adquire aqui toda a sua dimensão a frase da historiadora francesa Christine Messiant: “Em Angola, até o passado é imprevisível”¹²¹.

¹²¹ Christine Messiant – “Em Angola, até o passado é imprevisível. A experiência de uma investigação sobre nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, crítica, necessidades actuais da investigação”, in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação* (Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola, Luanda, 4 a 9 de Agosto de 1997). Lisboa: Ed. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 803-859.